

**China Construction Bank (Brasil)
Banco Múltiplo S/A**

**Demonstrações financeiras consolidadas
para os exercícios findos em 31 de
dezembro de 2018**

China Construction Bank (Brasil) Banco Múltiplo S/A

Demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2018

Conteúdo:

Relatório da Administração

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Balanco patrimonial consolidado

Demonstração consolidada do resultado

Demonstração consolidada do resultado abrangente

Demonstração consolidada das mutações do patrimônio líquido

Demonstração consolidada dos fluxos de caixa

Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas

Relatório da Administração

Senhores Acionistas,

A Administração do China Construction Bank (Brasil) Banco Múltiplo S.A. “CCB Brasil” ou “Banco” submete à apreciação de V.S.as. o Relatório da Administração e as correspondentes Demonstrações Financeiras, juntamente com o relatório do Auditor Independente, sem ressalvas, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018. Os comentários aqui apresentados, exceto quando ressalvados de forma diferente, são demonstrados em bases consolidadas, abrangendo suas empresas controladas e em moeda corrente nacional (Reais - R\$). As demonstrações financeiras consolidadas foram elaboradas com base no padrão internacional emitido pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e serão divulgadas, no prazo legal, no endereço eletrônico www.br.ccb.com.

A subsidiária China Construction Bank (Brasil)

Desde 29 de agosto de 2014, o Banco faz parte do Grupo China Construction Bank Corporation (CCB), com sede em Pequim, o segundo maior banco da China. Com histórico operacional desde 1954, as ações do CCB são negociadas na Bolsa de Valores de Hong Kong e na Bolsa de Xangai.

Ambiente Econômico

No início do ano de 2018, a confiança na retomada da economia brasileira esteve amparada em importantes pilares macroeconômicos: queda da inflação e das taxas de juros, expansão, ainda que tímida, da concessão de crédito e da atividade produtiva. A greve dos caminhoneiros em maio e o período eleitoral no segundo semestre, impactaram em um ambiente de negócios volátil, predominante averso ao risco. Todavia, os fundamentos econômicos ao fim do exercício se mostraram resilientes e com capacidade de absorver eventuais reveses.

O IPCA (Índice de Preços ao Consumidor Amplo), que mede a inflação oficial no país, fechou 2018 em 3,75%, abaixo do centro da meta e a taxa básica de juros (Selic) manteve-se estável em 6,50% a.a. A paridade Real – Dólar apresentou forte volatilidade ao longo de 2018. A mínima cotação no ano foi registrada em janeiro, quando alcançou R\$ 3,1392, enquanto a máxima foi registrada em setembro, ao atingir R\$ 4,1879. No término do ano, o dólar foi cotado a R\$ 3,8748, aumento de 17,11% na comparação com 2017.

O total de empréstimos no sistema financeiro alcançou R\$ 3,26 trilhões em dezembro de 2018, expansão de 5,46% em doze meses. Movendo-se com tendências distintas, o crédito com recursos livres expandiu 11,23% no ano e somou R\$ 1.582,70 bilhões, enquanto que o crédito direcionado recuou 0,62% no período e totalizou R\$1.503,0 bilhões. O estoque de crédito como proporção do PIB atingiu 47,40% comparativamente a 47,20% no final de 2017.

Em 2018, a balança comercial brasileira registrou superávit de US\$ 58,45 bilhões, saldo inferior aos US\$ 67,07 bilhões apurados no ano anterior. As exportações somaram US\$

239,68 bilhões (US\$ 217,81 bilhões em 2017) enquanto que as importações atingiram US\$ 181,19 bilhões (US\$ 150,73 bilhões em 2017).

O comércio do Brasil com a China em 2018 apresentou o saldo comercial de US\$ 29,48 bilhões, as exportações e as importações atingiram, respectivamente, US\$ 64,20 bilhões e US\$ 34,73 bilhões.

Para 2019, a economia brasileira encontra-se em uma posição favorável à retomada mais acelerada de crescimento. Inflação e juros em patamares historicamente mais baixos, famílias e empresas desalavancadas, taxas de inadimplência declinantes e espaço para expansão da oferta, com a utilização ociosa da capacidade produtiva, sem exigência de investimento num primeiro momento. O êxito de uma agenda de reformas estruturais tende a impactar, positivamente, na confiança dos empresários e consumidores, potencializando renda e emprego, um crescimento econômico mais forte e sustentável.

Estrutura Física

No encerramento do exercício de 2018, a rede de atendimento estava composta por nove pontos de atendimentos e 488 funcionários (511 em 2017).

Resultado Consolidado do Exercício

Fruto dos equacionamentos adotados e das medidas finais de ajuste no valor dos seus ativos, o CCB Brasil encerrou o exercício de 2018 com resultado líquido negativo de R\$ 211,1 milhões (ante R\$ 842,7 milhões em 2017). O resultado engloba R\$ 106,7 milhões relativos a créditos tributários oriundos de prejuízos fiscais baixados no exercício de 2018.

No encerramento de 2018, os empréstimos e adiantamento a clientes alcançaram R\$ 8.840,5 milhões, aumento de 31,49% ante o portfolio de R\$ 6.723,4 milhões do ano precedente. A carteira de crédito expandida, que inclui avais e fianças prestadas, é de R\$ 10.399,1 milhões (R\$ 8.179,8 milhões em 2017).

O total das captações atingiu R\$ 20.463 milhões, volume 38,43% maior em relação aos R\$ 14.782 milhões obtidos em 2017. A Matriz provê recursos ao Banco conforme sua necessidade operacional; no fim de 2018, estes recursos representavam 28,3% da captação.

Ao término de 2018, o patrimônio líquido do Banco atingiu R\$ 1.724,6 milhões e o índice de Basileia situou-se em 18,12% e o nível 1 em 12,69%.

Considerações finais

Agradecemos aos nossos acionistas, clientes e fornecedores pelo apoio e confiança em nossa administração, e aos nossos funcionários, pela valiosa contribuição.

(Divulgação autorizada na Reunião do Conselho de Administração de 25 de março de 2019).

China Construction Bank (Brasil) Banco Múltiplo S.A. e empresas controladas

***Demonstrações financeiras
consolidadas em
31 de dezembro de 2018
e relatório do auditor independente***



Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras consolidadas

Aos Administradores e Acionistas
China Construction Bank (Brasil) Banco Múltiplo S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras consolidadas do China Construction Bank (Brasil) Banco Múltiplo S.A. ("Banco") e suas controladas ("Consolidado"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada do China Construction Bank (Brasil) Banco Múltiplo S.A. e suas controladas em 31 de dezembro de 2018, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

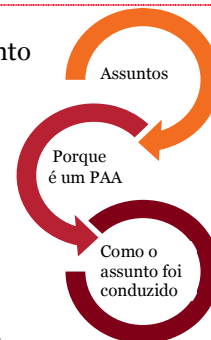
Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas". Somos independentes em relação ao Banco e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

China Construction Bank (Brasil) Banco Múltiplo S.A.

Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Nossa auditoria para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018 foi planejada e executada considerando que as operações do Consolidado não apresentaram modificações significativas em relação ao exercício anterior. Nesse contexto, os Principais Assuntos de Auditoria, bem como nossa abordagem de auditoria, mantiveram-se substancialmente alinhados àqueles do exercício anterior, exceto pela modificação do PAA relacionado a provisão para perdas (*impairment*) em razão da alteração da política contábil adotada pela Administração em relação a esse assunto.



Porque é um PAA

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Provisão para perdas (*impairment*) sobre empréstimos e adiantamentos considerando a implementação da IFRS 9 – *Financial Instruments* (Notas explicativas 2 (a), 7 e 37)

A partir de 1º de janeiro de 2018, o Banco e suas controladas passaram a adotar a norma contábil IFRS 9, que substitui a IAS 39 – *Financial Instruments*, e estabelece novos requerimentos de classificação e mensuração de ativos e passivos financeiros, bem como nova metodologia para mensuração da provisão para perdas sobre empréstimos e adiantamentos (*impairment*) que passa a ter como base a perda esperada.

Nesse processo, o Banco e suas controladas adotaram a referida norma pelo método retrospectivo modificado, que permite que os ajustes iniciais sejam reconhecidos no balanço de abertura, sem modificação das cifras comparativas, que permanecem sendo apresentadas de acordo com a IAS 39.

A determinação da perda de crédito esperada dos empréstimos e adiantamentos, considerando os novos requerimentos da IFRS 9, é uma área que envolve um elevado nível de julgamento da

Em relação a implementação da IFRS 9, realizamos o entendimento dos procedimentos adotados pela Administração para análise, avaliação e implantação dessa nova norma contábil, bem como realizamos determinados procedimentos de auditoria com o auxílio de nossos especialistas, relacionados a aderência aos requisitos da referida norma quanto ao processo de determinação da perda de crédito esperada dos empréstimos e adiantamentos.

Em relação à metodologia e apuração da perda de crédito esperada, aplicamos procedimentos relacionados a (i) análise das políticas contábeis em comparação aos requerimentos do IFRS 9, (ii) entendimento e recálculo, em base amostral, da mensuração da provisão para perdas, que considera a base de dados, os modelos e premissas adotadas pela Administração, (iii) comparação de dados e premissas utilizados com dados de mercado, quando aplicável, e (iv) análise e consistência das divulgações realizadas pela Administração nas demonstrações financeiras.

Porque é um PAA	Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria
Administração na classificação dos créditos nos estágios previstos no IFRS 9, bem como na determinação do montante de provisão necessária, mediante a aplicação de metodologia e processos que utilizam diversas premissas e que consideram fatores internos e externos, incluindo os níveis de inadimplência, a situação financeira da contraparte, garantias, política de renegociação, cenário econômico atual e prospectivo. Dessa forma essa é uma área que foi considerada como foco em nossa auditoria.	Também realizamos testes sobre a classificação dos empréstimos e adiantamentos nos estágios previstos pela IFRS 9, que considera o nível de risco de crédito do devedor e, quando aplicável, a deterioração desse risco, assim como a dificuldade financeira do devedor, atrasos de suas obrigações contratuais, entre outros aspectos. Consideramos que os critérios e premissas adotados pela Administração para a determinação e registro contábil da perda de crédito esperada de empréstimos e adiantamentos são razoáveis e consistentes com o previsto no IFRS 9 e com as divulgações em notas explicativas.
Créditos tributários (Notas explicativas 2 (o)(q) e 22 (c))	
O Banco e suas controladas possuem ativos decorrentes de créditos tributários sobre diferenças temporárias, prejuízos fiscais de imposto de renda e bases negativas de contribuição social sobre lucro líquido, cujo registro é suportado por estudo de projeção de lucros tributários para a realização desses créditos tributários. A projeção de lucro tributário envolve julgamentos e premissas de natureza subjetiva estabelecidas pela Administração com base em estudo do cenário atual e futuro. No exercício de 2018, foi realizada a baixa dos créditos tributários decorrentes de prejuízo fiscal de imposto de renda e base negativa de contribuição social, para os quais não há expectativa de realização. Considerando que a utilização de diferentes premissas na projeção do lucro tributário poderia modificar significativamente a realização dos créditos tributários, com consequente impacto contábil, essa é uma área de estimativa crítica e foi definida como foco em nossa auditoria.	Nossos principais procedimentos consideraram a atualização do entendimento do processo de apuração e registro dos créditos tributários nos termos das normais fiscais e contábeis. Com o auxílio de nossos especialistas, analisamos a consistência das premissas relevantes utilizadas no estudo de realização do crédito tributário com as informações de projeções macroeconômicas divulgadas no mercado, quando aplicável, bem como a metodologia utilizada para estimar os lucros tributáveis, e a coerência lógica e aritmética dos cálculos. Discutimos com a Administração e confirmamos a aprovação do estudo técnico que suporta a realização dos créditos tributários pelos órgãos adequados da Administração. Com base no resultado dos procedimentos de auditoria e no contexto das incertezas inerentes de realização dos valores registrados como créditos tributários, consideramos que as premissas adotadas pela Administração são razoáveis e consistentes com as informações divulgadas nas demonstrações financeiras.



China Construction Bank (Brasil) Banco Múltiplo S.A.

Porque é um PAA	Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria
Ambiente de tecnologia da informação O Banco e suas controladas são dependentes da sua estrutura de tecnologia para a gestão e geração de informações utilizadas no processamento de suas operações e consequente elaboração das demonstrações financeiras. Assim, a não adequação da estrutura de tecnologia e dos respectivos controles gerais, poderia ocasionar no processamento incorreto de informações críticas para a tomada de decisões ou das próprias operações. Dessa forma, o ambiente de tecnologia da informação foi considerado uma área de foco em nossos trabalhos de auditoria.	Nossos procedimentos consideraram, entre outros, a atualização do entendimento e teste do ambiente de tecnologia da informação, incluindo os controles automatizados ou dependentes de tecnologia relevantes para a elaboração das demonstrações financeiras. Com o auxílio de nossos especialistas, os principais procedimentos executados envolveram testes de controles relacionados com a segurança da informação, atrelados aos processos de gerenciamento e desenvolvimento de mudanças sistêmicas, segurança de acessos a programas e banco de dados, segurança física do centro de processamento de dados, incluindo gestão de acesso e segregação de função. Consideramos que o ambiente de tecnologia da informação e os controles estabelecidos pela Administração apresentaram uma base razoável para suportar os principais processos de negócios que fornecem informações utilizadas na elaboração das demonstrações financeiras.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras consolidadas e o relatório do auditor

A Administração do Banco é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.



China Construction Bank (Brasil) Banco Múltiplo S.A.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras consolidadas

A Administração do Banco é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de o Banco continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar o Banco ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Banco e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a



China Construction Bank (Brasil) Banco Múltiplo S.A.

eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 25 de março de 2019

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5

Melissa Tuxen Wisnik
Contadora CRC 1SP221490/O-0

BALANÇO PATRIMONIAL CONSOLIDADO

Em 31 de dezembro

(Valores expressos em milhares de reais)

ATIVO	Nota Explicativa	2018	2017
DISPONIBILIDADES E RESERVAS NO BANCO CENTRAL DO BRASIL	3	46.943	114.702
ATIVOS FINANCEIROS MANTIDOS ATÉ O VENCIMENTO			
Instrumentos de dívida	5	-	1.254.478
ATIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA		-	7.086.902
Instrumentos de dívida	5	-	7.086.646
Instrumentos de patrimônio	10	-	256
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS	5	9.208.217	-
A custo amortizado	5	1.725.747	-
A valor justo de outros resultados abrangentes	5	7.482.470	-
ATIVOS FINANCEIROS PARA NEGOCIAÇÃO		-	297.439
Derivativos	6	-	297.439
INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS	6	445.502	-
EMPRÉSTIMOS E RECEBÍVEIS		-	7.346.675
Empréstimos e adiantamentos a instituições financeiras	4	-	731.232
Empréstimos e adiantamentos a clientes	7	-	6.723.414
Outros empréstimos e recebíveis	8	-	54.464
Outros ativos financeiros		-	19.573
(-) Redução do valor recuperável de empréstimos e recebíveis	7e	-	(182.008)
OUTROS ATIVOS FINANCEIROS AO CUSTO AMORTIZADO		11.819.762	-
Empréstimos e adiantamentos a instituições financeiras	4	3.265.217	-
Empréstimos e adiantamentos a clientes	7	8.840.533	-
Outros empréstimos e recebíveis	8	27.431	-
Outros ativos financeiros		25.299	-
Perda de crédito esperada	7c	(338.718)	-
ATIVOS NÃO FINANCEIROS MANTIDOS PARA VENDA	9	247.138	280.426
INVESTIMENTOS	10	256	381
ATIVO TANGÍVEL	11	42.739	51.776
ATIVO INTANGÍVEL	12	109.181	110.082
CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS		1.227.214	1.252.038
Correntes	22a	49.963	11.434
Diferidos	22c	869.270	907.303
Presumidos	22d	307.981	333.301
OUTROS ATIVOS	13	83.011	114.009
TOTAL DO ATIVO		23.229.963	17.908.652

As notas explicativas da administração são parte integrante destas demonstrações financeiras consolidadas.

BALANÇO PATRIMONIAL CONSOLIDADO

Em 31 de dezembro

(Valores expressos em milhares de reais)

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota Explicativa	2018	2017
INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS	6	21.963	-
PASSIVOS FINANCEIROS A VALOR JUSTO POR MEIO DO RESULTADO	6	-	5.152
Derivativos		-	5.152
OUTROS PASSIVOS AO VALOR JUSTO POR MEIO DO RESULTADO		-	3.866.355
Dívidas subordinadas	17	-	988.046
Obrigações de empréstimos no exterior	19	-	76.611
Passivos financeiros Objeto de Hedge	19	-	2.801.698
OUTROS PASSIVOS AO VALOR JUSTO POR MEIO DO RESULTADO		1.112.958	-
Dívidas subordinadas (Fair value Option)	17	1.046.949	-
Obrigações de empréstimos no exterior (Fair value Option)	19	66.009	-
PASSIVOS FINANCEIROS AO CUSTO AMORTIZADO		-	10.915.252
Dívidas subordinadas	17	-	971.969
Depósitos de instituições financeiras	14	-	3.481.635
Depósitos de clientes	15	-	2.853.356
Obrigações por títulos e valores mobiliários	16	-	406.611
Obrigações de empréstimos no país	18	-	41.700
Obrigações de empréstimos no exterior	19	-	3.159.981
PASSIVOS FINANCEIROS AO CUSTO AMORTIZADO		17.582.978	-
Dívidas subordinadas	17	1.154.621	-
Depósitos de instituições financeiras	14	7.162.517	-
Depósitos de clientes	15	3.068.808	-
Obrigações por títulos e valores mobiliários	16	1.245.803	-
Obrigações de empréstimos no país	18	133.770	-
Obrigações de empréstimos no exterior	19	4.817.459	-
PASSIVOS FINANCEIROS OBJETO DE HEDGE	19	1.767.532	-
PROVISÕES	21	883.492	993.516
PASSIVOS FISCAIS			
Correntes		14.885	8.297
OUTRAS OBRIGAÇÕES	23	121.573	114.335
TOTAL DO PASSIVO		21.505.381	15.902.907
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Capital social	24	2.956.864	2.956.864
Reserva de Capital		899	899
Ações em Tesouraria		(55.105)	(55.105)
Prejuízos acumulados		(1.208.312)	(900.500)
Outros resultados abrangentes		30.236	3.587
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		1.724.582	2.005.745
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		23.229.963	17.908.652

As notas explicativas da administração são parte integrante destas demonstrações financeiras consolidadas.

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO

Exercícios findos em 31 de dezembro

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

	Nota Explicativa	2018	2017
Receitas com juros e similares	26 i	1.875.645	1.468.191
Despesas com juros e similares	26 i	(820.792)	(982.621)
RESULTADO LÍQUIDO COM JUROS E SIMILARES		1.054.853	485.570
Diferenças Cambiais (Líquidas)	26 ii	(298.739)	29.159
Ganhos (perdas) com ativos e passivos financeiros (líquidos)	27	(314.791)	(368.496)
RECEITA LÍQUIDA COM JUROS		441.323	146.233
Resultado de equivalência patrimonial		(1.350)	(1.726)
Receita de tarifas e comissões	28	48.011	67.679
Outras receitas (despesas) operacionais líquidas	29	(12.600)	74.535
TOTAL DE RECEITAS		475.384	286.721
Despesas com pessoal	30	(159.882)	(197.948)
Outras despesas administrativas	31	(115.188)	(128.875)
Despesas tributárias	32	(23.913)	(34.451)
Depreciação e amortização		(13.610)	(19.418)
Perdas com redução no valor recuperável de ativos financeiros	7c	(214.308)	(321.814)
Perdas com outros ativos (líquidas)	33	(49.338)	(51.919)
PREJUÍZO ANTES DA TRIBUTAÇÃO		(100.855)	(467.704)
Impostos sobre a renda e contribuição social correntes e diferidos	22	(110.263)	(374.963)
PREJUÍZO DO EXERCÍCIO		(211.118)	(842.667)
Número de Ações Integralizadas (mil)	24a	465.631	465.631
Prejuízo por Ação do Capital Social - R\$		(0,45)	(1,81)

As notas explicativas da administração são parte integrante destas demonstrações financeiras consolidadas.

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DO RESULTADO ABRANGENTE

Exercícios findos em 31 de dezembro

(Valores expressos em milhares de reais)

	2018	2017
PREJUÍZO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	(211.118)	(842.667)
OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES QUE SERÃO RECLASSIFICADOS SUBSEQUENTEMENTE PARA O LUCRO LÍQUIDO OU PREJUÍZO LÍQUIDO		
Ganhos (perdas) com ativos disponíveis para venda	-	8.808
Encargos Fiscais sobre ativos disponíveis para venda	-	(3.523)
Ganhos (perdas) com ativos ao valor justo de outros resultados	(771)	-
Encargos Fiscais sobre ativos ao valor justo de outros resultados	309	-
OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES QUE NÃO SERÃO RECLASSIFICADOS SUBSEQUENTEMENTE PARA O LUCRO LÍQUIDO OU PREJUÍZO LÍQUIDO		
Variação do valor justo atribuível ao risco de crédito de passivo financeiro através do resultado	(6.188)	-
Encargos Fiscais sobre passivo financeiro ao valor justo através do resultado	2.475	-
PREJUÍZO LÍQUIDO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	(215.293)	(837.382)

As notas explicativas da administração são parte integrante destas demonstrações financeiras consolidadas.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Exercícios findos em 31 de dezembro

(Valores expressos em milhares de reais)

	Capital social	(-) Capital a Realizar	Reserva de Capital (Ágio na Subscrição de ações)	(-) Ações em Tesouraria	Outros Resultados Abrangentes	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 01 de janeiro de 2017	1.699.886	(3.738)	24.956	(55.105)	(1.698)	(57.833)	1.606.468
Ajustes de avaliação patrimonial	-	-	-	-	5.285	-	5.285
Aumento de capital em espécie	1.256.978	3.738	1.103	-	-	-	1.261.819
Resgate de ações	-	-	(25.160)	-	-	-	(25.160)
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	-	(842.667)	(842.667)
Em 31 de dezembro de 2017	2.956.864	-	899	(55.105)	3.587	(900.500)	2.005.745
Impacto da adoção IFRS 9 - Empréstimos e títulos	-	-	-	-	-	(65.870)	(65.870)
Impacto da adoção IFRS 9 - Passivo ao valor justo	-	-	-	-	30.824	(30.824)	-
Saldos em 01 de janeiro de 2018	2.956.864	-	899	(55.105)	34.411	(997.194)	1.939.875
Passivo ao valor justo (Risco de Crédito)	-	-	-	-	(3.713)	-	(3.713)
Valor justo de outros resultados abrangentes	-	-	-	-	(462)	-	(462)
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	-	(211.118)	(211.118)
Em 31 de dezembro de 2018	2.956.864	-	899	(55.105)	30.236	(1.208.312)	1.724.582

As notas explicativas da administração são parte integrante destas demonstrações financeiras consolidadas.

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DOS FLUXOS DE CAIXA

Exercícios findos em 31 de dezembro

(Valores expressos em milhares de reais)

Fluxos de caixa das atividades operacionais	2018	2017
Prejuízo do exercício	(211.118)	(842.667)
Depreciação e amortização	13.610	19.418
Resultado de participações em controladas	1.350	1.726
Movimentação nos créditos tributários e passivos fiscais diferidos	81.948	228.204
Constituição de provisões - Redução do valor recuperável de empréstimos e recebíveis	214.308	321.814
Constituição de provisões	71.842	86.634
Provisão (reversão) outras	87	559
Perda (ganho) na venda de bens disponíveis para venda	6.058	(4.256)
Variação cambial sobre caixa e equivalentes de caixa	(142.368)	(55.639)
Variação de ativos e passivos	1.260.076	(3.964.430)
Redução (aumento) de empréstimos e adiantamentos a instituições financeiras	47.936	(58.929)
Redução (aumento) de ativos financeiros ao custo amortizado	(474.642)	16.336
Redução (aumento) de ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	(395.824)	(659.128)
Aumento (redução) de derivativos	(131.253)	14.911
Redução (aumento) de empréstimos e adiantamentos a clientes	(2.858.661)	81.665
Redução (aumento) de outros empréstimos e recebíveis	27.033	37.878
Redução (aumento) de outros ativos financeiros	(5.725)	(19.573)
Redução (aumento) de ativos não financeiros	21.573	(78.733)
Redução (aumento) de outros ativos	34.751	70.975
Aumento (redução) de depósitos de instituições financeiras	3.680.882	(3.586.579)
Aumento (redução) de depósitos de clientes	215.452	740.979
Aumento (redução) de dívidas subordinadas	(94.863)	(390.657)
Aumento (redução) de obrigações por títulos e valores mobiliários	839.192	(28.321)
Aumento (redução) de empréstimos no país	92.070	(75.113)
Aumento (redução) de empréstimos no exterior	165.832	1.242.284
Aumento (redução) de outros passivos financeiros	(329.094)	(22.555)
Aumento (redução) de outras obrigações	115.259	14.692
Aumento (redução) de passivos financeiros objetos de hedge	(311.288)	(1.666.868)
Impostos de renda e contribuição social pagos	-	10.194
Pagamento de juros	(188.785)	(269.903)
Recebimento de Juros	810.231	662.015
Caixa proveniente das atividades operacionais	1.295.793	(4.208.637)
Fluxos de caixa das atividades de investimento		
Alienações no tangível	3.905	48.628
Alienações de bens disponíveis para venda	6.732	70.406
Aplicações investimentos	(5.400)	5.285
Aplicações no tangível	(6.391)	(11.361)
Aplicações no intangível	(2.349)	(4.763)
Caixa proveniente das atividades de investimento	(3.503)	108.195
Fluxos de caixa das atividades de financiamento		
Aumento em obrigações por empréstimos e repasses	18.857.942	10.682.979
Dívida Subordinada perpétua elegível a instrumentos de capital nível II	336.417	364.505
Pagamento de empréstimos	(18.099.775)	(11.752.566)
Aumento de Capital (nota 24)	-	1.260.716
Ágio na emissão de ações	-	1.103
Caixa proveniente das atividades de financiamento	1.094.584	556.737
Fluxo de caixa (utilizado) originado no exercício	2.386.874	(3.543.705)
Caixa e equivalente de caixa no início do exercício	337.051	3.825.117
Variação cambial sobre caixa e equivalentes de caixa	142.368	55.639
Caixa e equivalente de caixa no fim do exercício	2.866.293	337.051

As notas explicativas da administração são parte integrante destas demonstrações financeiras consolidadas.

1. Contexto Operacional, Apresentação das Demonstrações Financeiras Consolidadas e Outras Informações

a) Contexto operacional.

O China Construction Bank (Brasil) Banco Múltiplo S.A., (“Companhia”, “Instituição”, “CCB Brasil”, “Banco” ou “Consolidado”) foi constituído em 29 de dezembro de 1938 e autorizado pelo Banco Central do Brasil – BACEN a operar na forma de Banco Múltiplo, desenvolvendo suas operações por meio das carteiras: comercial, investimentos, crédito imobiliário e de câmbio.

Por meio de empresas controladas atua nos mercados: de arrendamento mercantil, de crédito, financiamentos e investimentos, distribuição de títulos e valores mobiliários e administração de cartões de crédito, bem como possui participação de 50% em uma Joint Venture destinada a operações no mercado de *Factoring* e *Forfaiting*.

Em 22 de dezembro de 2017, através de Assembleia Geral Extraordinária dos Acionistas regularmente convocada, foi deliberada a efetivação do Resgate de 2.339.260 ações que integram o Capital Social da Instituição, sendo 550.940 ordinárias e 1.788.320 preferenciais, detidas por acionistas minoritários. A liquidação financeira, por conta do resgate de ações, teve início em 04 de janeiro de 2018, conforme faculta a legislação societária. A partir do resgate das ações detidas pelos minoritários, a CCB Holding assumiu a titularidade de 100% das ações ordinárias e preferenciais do CCB Brasil.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pelo Conselho da Administração em 25 de março de 2019.

b) Transações em moedas estrangeiras e moeda funcional

As demonstrações financeiras individuais de cada entidade estão apresentadas na moeda do ambiente econômico primário na qual a entidade opera (moeda funcional). Para o propósito de consolidação das demonstrações financeiras, o resultado e a posição financeira das entidades consolidadas estão expressos em Real, moeda funcional do CCB Brasil e moeda de apresentação das demonstrações financeiras consolidadas. Os ativos e passivos que são itens monetários são convertidos por taxas de câmbio à vista no final do exercício.

c) Apresentação das demonstrações financeiras consolidadas

As demonstrações financeiras consolidadas do CCB Brasil foram elaboradas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pela International

Accounting Standard Board (IASB) e as interpretações do Comitê de Interpretações do IFRS (atual denominação do IFRIC) e evidenciam todas as informações relevantes.

d) Base para consolidação

A Companhia consolida todas as entidades sobre as quais detém o controle, isto é, quando está exposta ou tem direitos a retornos variáveis de seu envolvimento com a investida e tem capacidade de dirigir as atividades relevantes da investida.

As empresas controladas incluídas na consolidação estão especificadas abaixo:

Denominação social	País de origem	Método de Consolidação	Participação	
			2018	2017
Subsidiárias diretas no País				
CCB Brasil Arrendamento Mercantil S/A	Brasil	Integral	100%	100%
CCB Brasil Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S/A	Brasil	Integral	100%	100%
CCB Brasil Informática S/A	Brasil	Integral	100%	100%
CCB Brasil Administradora de Cartões de Crédito Ltda.	Brasil	Integral	100%	100%
CCB Brasil S/A – Crédito, Financiamentos e Investimentos	Brasil	Integral	100%	100%
CCB Brasil Promotora de Vendas Ltda.	Brasil	Integral	100%	100%
CCB Brasil Cobrança Ltda.	Brasil	Integral	100%	100%

2. Práticas Contábeis e Critérios de Apuração

As práticas contábeis e os critérios de apuração utilizados na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas foram os seguintes:

a) Adoção de novas normas

IFRS 9

A partir de 1 de janeiro de 2018 o Banco passou a adotar o IFRS 9 – Instrumentos Financeiros – O pronunciamento substitui a IAS 39 – Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração. O novo normativo está estruturado para abranger os pilares (I) classificação e mensuração de ativos financeiros, (II) redução ao valor recuperável (impairment) e (III) contabilização de cobertura (hedge accounting).

Conforme permitido pelas disposições transitórias do IFRS 9, o Banco optou por não reapresentar números comparativos. Quaisquer ajustes nas quantias registradas de ativos e passivos financeiros na data da transição foram reconhecidos em componentes do patrimônio líquido. O Banco optou por continuar aplicando os requisitos de contabilização de hedge do IAS 39 na adoção do IFRS 9.

As principais mudanças identificadas pelo Banco em virtude da adoção do IFRS 9 estão relacionadas a classificação, mensuração e redução ao valor recuperável de ativos financeiros.

A IFRS 9 introduz o conceito de modelo de negócios e avaliação das características dos fluxos de caixa contratuais (Solely Payment of Principal and Interest Test – SPPI Test) para a classificação de ativos financeiros.

- Modelo de Negócios: representa a forma como a entidade faz a gestão de seus ativos financeiros;
- *SPPI Test*: avaliação dos fluxos de caixa gerados pelo instrumento financeiro com o objetivo de verificar se constituem apenas pagamentos de principal e juros.

O Banco realizou uma análise detalhada de seus modelos de negócios e das características dos fluxos de caixa de seus ativos financeiros, sendo que as principais alterações decorrentes da adoção da IFRS 9 são:

(i) Classificação e Mensuração de Ativos e Passivos Financeiros

As categorias de classificação de ativos financeiros Mantidos até o Vencimento, Disponíveis para Venda, Mantidos para Negociação e Empréstimos e Recebíveis deixaram de existir.

Foram introduzidas três categorias de mensuração de ativos financeiros:

- Custo Amortizado: utilizada quando os ativos financeiros são administrados para obter fluxos de caixa contratuais, constituídos apenas por pagamentos de principal e juros; e
- Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes: utilizada quando os ativos financeiros são mantidos tanto para obter fluxos de caixa contratuais, quanto para a venda, constituídos apenas por pagamentos de principal e juros; e
- Valor Justo por meio do Resultado: utilizada para ativos financeiros que não atendem os critérios descritos acima.

Os passivos financeiros são inicialmente reconhecidos ao valor justo e subsequentemente mensurados ao custo amortizado, exceto por:

Ganhos ou perdas em passivos financeiros designados ao valor justo por meio do resultado são apresentados parcialmente em outros resultados abrangentes (o valor da mudança no valor justo do passivo financeiro é atribuído para mudanças no prêmio de risco de crédito do passivo, que não é atribuído a variação de risco de mercado) e parcialmente como resultado do exercício (o valor restante da mudança no valor justo do passivo).

O Banco manteve a classificação dos passivos financeiros inalterada, os quais permanecem mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio do resultado, caso tenham sido designados anteriormente.

(ii) Redução ao valor recuperável (impairment)

Os requerimentos de avaliação da redução ao valor recuperável de ativos financeiros são baseados em um modelo de perda de crédito esperada. As principais mudanças na política contábil do Banco para redução ao valor recuperável estão listadas abaixo.

O modelo de perda de crédito esperada inclui o uso de informações prospectivas e classificação do ativo financeiro em três estágios:

- Estágio 1 - Perda de crédito esperada para 12 meses: representa os eventos de inadimplência possíveis dentro de 12 meses. Aplicável aos ativos financeiros originados ou comprados sem problemas de recuperação de crédito;
- Estágio 2 - Perda de crédito esperada ao longo da vida do instrumento financeiro: considera todos os eventos de inadimplência possíveis. Aplicável aos ativos financeiros originados ou comprados sem problemas de recuperação de crédito cujo risco de crédito aumentou significativamente; e

- Estágio 3 - Perda de crédito esperada para ativos com problemas de recuperação: considera todos os eventos de inadimplência possíveis. Aplicável aos ativos financeiros originados ou comprados com problemas de recuperação de crédito.

Um ativo migrará de estágio à medida que seu risco de crédito aumentar ou diminuir. Dessa forma, um ativo financeiro que migrou para os estágios 2 e 3 poderá voltar para o estágio 1, a menos que tenha sido originado ou comprado com problemas de recuperação de crédito. **Vide nota explicativa nº 37.**

A alteração do modelo para cálculo da perda de crédito esperada gerou um incremento na provisão registrada nas Demonstrações Contábeis Consolidadas do CCB BRASIL devido à mudança na mensuração de ativos financeiros, bem como à reavaliação da perda considerando critérios prospectivos.

IFRS 15

- (iii) IFRS 15 - Receitas de contratos com clientes: Foi emitido em maio de 2014 e é aplicável para relatórios anuais com início em 1 de janeiro de 2018. Esta norma especifica como e quando será reconhecida a receita, bem como a exigência de que as Entidades forneçam aos usuários, em suas demonstrações financeiras, maior nível de informação e com notas explicativas completas. A norma traz cinco princípios básicos a serem aplicados a todos os contratos com clientes, sendo eles: i) identificar o contrato com o cliente; ii) identificar as obrigações de execução estabelecidas no contrato; iii) determinar o preço de transação; iv) alocar o preço de transação às obrigações de execução e v) reconhecer a receita no momento em que (ou à medida em que) a entidade cumprir uma obrigação de execução.
- O princípio básico do IFRS 15 consiste em que uma entidade reconhece receitas para descrever a transferência de produtos ou serviços prometidos a clientes por um valor que reflete a contraprestação a que a entidade espera ter direito em troca desses produtos ou serviços.
 - Após análise das comissões/tarifas praticadas pelo CCB Brasil em comparação aos novos conceitos do IFRS 15, foi possível concluir que não houve impactos significativos nas receitas reconhecidas até 31 de dezembro de 2017, bem como a partir da adoção da nova norma em 01 de janeiro de 2018.

Reconciliação do Patrimônio Líquido

	<u>Patrimônio Líquido</u>
Saldo inicial de acordo com o IAS 39 – 31/12/2017	2.005.745
Perda de Crédito (a)	(109.785)
Operações de crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro	(104.163)
Títulos e Valores Mobiliários	(5.622)
Encargos Fiscais	43.915
Saldo final após ajustes do IFRS 9 – 01/01/2018	1.939.875

(a) Alteração no modelo de cálculo baseado em perda incorrida (IAS 39) para perda esperada, considerando informações prospectivas.

Adicionalmente, conforme descrito na nota explicativa 2a), foi reclassificado de lucros acumulados para outros resultados abrangentes o montante de R\$ 30.824, referente ao prêmio de risco de crédito dos passivos financeiros registrados na data de transição ao valor justo por meio do resultado.

(iv) Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros

ATIVO	IAS 39 01/01/2018		IFRS 9 01/01/2018	
	Categoria	saldo	Categoria	saldo
Disponibilidades e Reservas no Banco Central do Brasil	Custo Amortizado	114.702	Custo Amortizado	114.702
Ativos Financeiros para Negociação	Mantidos para Negociação	297.439	Valor Justo por Meio do Resultado	297.439
Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	Disponível para Venda	7.086.902	Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes	7.086.646
Ativos Financeiros Mantidos até o Vencimento	Mantido até o Vencimento	1.254.478	Custo Amortizado	1.254.478
(-) Redução do valor recuperável de empréstimos e recebíveis	Mantido até o Vencimento	-	Custo Amortizado	(5.622)
Empréstimos e adiantamentos a instituições financeiras	Empréstimos e Recebíveis	731.232	Custo Amortizado	731.232
Outros empréstimos e recebíveis	Empréstimos e Recebíveis	54.464	Custo Amortizado	54.464
Outros ativos financeiros	Empréstimos e Recebíveis	19.573	Custo Amortizado	19.573
Empréstimos e adiantamentos a clientes	Empréstimos e Recebíveis	6.723.414	Custo Amortizado	6.723.414
(-) Redução do valor recuperável de empréstimos e recebíveis	Empréstimos e Recebíveis	(182.008)	Custo Amortizado	(286.171)
TOTAL		<u>16.100.196</u>		<u>15.990.155</u>
PASSIVO	Categoria		Categoria	
	Categoria	saldo	Categoria	saldo
Passivos Financeiros a Valor Justo por meio do Resultado	Mantidos para Negociação	5.152	Derivativos	5.152
Outros Passivos ao Valor Justo por meio do Resultado	Outros passivos ao valor justo por meio do resultado	988.046	Outros passivos ao valor justo por meio do resultado	988.046
Outros Passivos ao Valor Justo por meio do Resultado	Outros passivos ao valor justo por meio do resultado	76.611	Outros passivos ao valor justo por meio do resultado	76.611
Outros Passivos ao Valor Justo por meio do Resultado	Outros passivos ao valor justo por meio do resultado	-	Prêmio de risco de crédito	51.373
Outros Passivos ao Valor Justo por meio do Resultado	Custo Amortizado	2.801.698	Custo Amortizado	2.801.698
Passivo Financeiro ao Custo Amortizado	Custo Amortizado	10.915.252	Custo Amortizado	10.915.252
TOTAL		<u>14.786.759</u>		<u>14.838.132</u>

b) Classificações dos instrumentos financeiros

i. Data de reconhecimento

Todos os ativos e passivos financeiros são inicialmente reconhecidos na data de negociação, isto é, a data em que o CCB Brasil se torna uma parte integrante na relação contratual do instrumento. Isso inclui: compras ou vendas de ativos financeiros que requerem a entrega do ativo em tempo determinado estabelecido por regulamento ou padrão do mercado.

ii. Reconhecimento inicial de instrumentos financeiros

A partir de 1º de janeiro de 2018, com a adoção do IFRS 9 – Instrumentos Financeiros a classificação dos instrumentos financeiros em seu reconhecimento inicial depende de suas características e do propósito e finalidade pelos quais os instrumentos financeiros foram adquiridos pela Administração. Todos os instrumentos financeiros são reconhecidos inicialmente ao valor justo e subsequentemente mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo

iii. Classificação dos ativos financeiros para fins de mensuração

Em 2018, o CCB Brasil passou a classificar seus ativos financeiros nas seguintes categorias de mensuração:

- Custo Amortizado;
- Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes;
- Valor Justo por meio do Resultado.

A classificação e a mensuração subsequente de ativos financeiros depende de:

- O modelo de negócios no qual são administrados;
- As características de seus fluxos de caixa (Solely Payment of Principal and Interest Test – SPPI Test).

Modelo de negócios: representa a forma como é efetuada a gestão dos ativos financeiros para gerar fluxos de caixa e não depende das intenções da Administração em relação a um instrumento individual. Os ativos financeiros podem ser administrados com o propósito de: i) obter fluxos de caixa contratuais; ii) obter fluxos de caixa contratuais e venda; ou iii) outros. Para avaliar os modelos de negócios, o Banco considera os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios; como os gestores do negócio são remunerados; e como o desempenho do modelo de negócios é avaliado e reportado à Administração. Se os fluxos de caixa são realizados de forma diferente das expectativas do CCB Brasil, a classificação dos ativos financeiros remanescentes mantidos nesse modelo de negócios não é alterada.

Quando o ativo financeiro é mantido nos modelos de negócios i) e ii) é necessária a aplicação do SPPI Test.

SPPI Test: avaliação dos fluxos de caixa gerados pelo instrumento financeiro com o objetivo de verificar se constituem apenas pagamento de principal e juros. Para atender esse conceito, os fluxos de caixa devem incluir apenas contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e o risco de crédito. Se os termos contratuais introduzirem exposição a riscos ou volatilidade nos fluxos de caixa, tais como exposição a alterações nos preços de instrumentos de patrimônio ou preços de commodities, o ativo financeiro é classificado como ao valor justo por meio do resultado. Contratos híbridos devem ser avaliados como um todo, incluindo todas as características embutidas. A contabilização de um contrato híbrido que contenha derivativo embutido é efetuada de forma conjunta, ou seja, todo o instrumento é mensurado ao valor justo por meio do resultado.

Baseado nestes fatores, o Banco aplica os seguintes critérios para cada categoria de classificação:

- **Custo Amortizado**
 - Ativos administrados para obter fluxos de caixas contratuais apenas de pagamentos de principal e juros (*SPPI Test*);
 - Inicialmente reconhecidos a valor justo mais custos de transação;
 - Subsequentemente mensurados ao custo amortizado, utilizando-se a taxa de juros efetiva;
 - Os juros, inclusive a amortização de prêmios e descontos, são reconhecidos na Demonstração Consolidada do Resultado na rubrica Receita com Juros e Similares.
- **Ativos Financeiros ao Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes**
 - Ativos administrados tanto para obter fluxos de caixa contratuais apenas de pagamentos de principal e juros (*SPPI Test*), quanto para a venda;
 - Inicial e subsequentemente reconhecidos a valor justo mais custos de transação;
 - Os ganhos e perdas não realizados (exceto perda de crédito esperada, diferenças cambiais, dividendos e receita de juros) são reconhecidos, líquidos dos impostos aplicáveis, na rubrica “Outros resultados abrangentes no Patrimônio Líquido”.
- **Ativos Financeiros ao Valor Justo por meio do Resultado e Ativos Financeiros Designados ao Valor Justo**
 - Ativos que não atendem os critérios de classificação das categorias anteriores; ou ativos designados no reconhecimento inicial como ao valor justo por meio do resultado para reduzir “descasamentos contábeis”;
 - Inicial e subsequentemente reconhecidos a valor justo;
 - Os custos de transação são registrados diretamente na Demonstração Consolidada do Resultado;
 - Os ganhos e perdas decorrentes de alterações no valor justo são reconhecidos na rubrica “Ganhos (Perdas) com ativos e passivos financeiros líquidos”.

Até 2017, os ativos financeiros eram classificados para fins de mensuração, em uma das seguintes categorias:

- Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado: essa categoria inclui os ativos financeiros adquiridos com o propósito de geração de resultado no curto prazo decorrente de sua negociação ou designados nessa categoria no reconhecimento inicial. Derivativos por suas características eram classificados nessa categoria.
- Outros ativos financeiros ao valor justo no resultado (*Fair value option*): essa categoria inclui os ativos financeiros não mantidos para negociação e mensurados, em sua totalidade, ao valor justo. Os ativos financeiros somente poderiam ser incluídos nessa categoria na data em que são adquiridos ou originados.
- Ativos financeiros disponíveis para venda: essa categoria incluía os ativos financeiros não classificados como “Investimentos mantidos até o vencimento”, “Empréstimos e recebíveis” ou “Ativos financeiros ao valor justo no resultado” e os instrumentos de patrimônio emitidos por outras entidades que não são subsidiárias, coligadas e entidades controladas em conjunto. Ativos financeiros disponíveis para venda eram demonstrados ao valor justo com as alterações no valor justo reconhecidas em componente destacado de “outros resultados abrangentes” no patrimônio líquido, líquido de efeitos tributários, com exceção das perdas por redução do valor recuperável e juros destes ativos os quais são reconhecidas no resultado. Quando o investimento é alienado ou tem indícios de perda por redução do valor recuperável, o resultado anteriormente acumulados na conta de ajustes ao valor justo no patrimônio líquido é reclassificado para o resultado.
- Empréstimos e recebíveis: essa categoria incluía empréstimos, financiamentos e outros recebíveis com ou sem característica de concessão de créditos, com base em sua natureza, independentemente do tipo de tomador e da forma de concessão de crédito. A característica preponderante do grupo de empréstimos e recebíveis é a não existência de mercado ativo, sendo estes mensurados pelo custo amortizado, reduzidos por eventual redução no valor recuperável, sendo as receitas deste grupo reconhecidas em base de rendimento efetivo por meio da utilização da taxa efetiva de juros.
- Investimentos mantidos até o vencimento: essa categoria incluía os instrumentos de dívida negociados em mercado ativo, com vencimento fixo e pagamentos fixos ou determináveis, para os quais o CCB Brasil tem intenção e capacidade comprovada de mantê-los até o vencimento. Estes investimentos são mensurados ao custo amortizado menos perda por não recuperação, com receita reconhecida em base de rendimento efetivo.

c) Mensuração dos ativos e passivos financeiros e reconhecimento das mudanças do valor justo

Em geral, os ativos e passivos financeiros são inicialmente reconhecidos ao valor justo, que é considerado equivalente, até prova em contrário, ao preço de transação. Os instrumentos financeiros não mensurados ao valor justo no resultado são ajustados pelos custos de transação.

Os ativos e passivos financeiros são posteriormente mensurados da seguinte forma:

i. Custo Amortizado

O custo amortizado é o valor pelo qual o ativo ou passivo financeiro é mensurado no reconhecimento inicial, mais atualizações efetuadas utilizando o método de juros efetivos, menos a amortização do principal e juros.

A “taxa de juros efetiva” é a taxa de desconto que corresponde exatamente ao valor inicial do instrumento financeiro em relação à totalidade de seus fluxos de caixa estimados ao longo de sua vida útil remanescente. No caso dos instrumentos financeiros de taxa fixa, a taxa de juros efetiva coincide com a taxa de juros contratual definida na data da contratação, adicionados, conforme o caso, as comissões e os custos de transação que, por sua natureza, façam parte de seu retorno financeiro. No caso de instrumentos financeiros de taxa variável, a taxa de juros efetiva coincide com a taxa de retorno vigente em todos os compromissos até a data de referência seguinte de renovação dos juros.

ii. Valor Justo

Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou que seria pago pela transferência de um passivo em uma transação ordenada entre participantes do mercado na data de mensuração.

iii. Perda de crédito esperada

A partir de 1 de janeiro de 2018, o Banco passou a avaliar em bases prospectivas a perda de crédito esperada associada aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. O reconhecimento da provisão para perda de crédito esperada é feito mensalmente em contrapartida à Demonstração Consolidada do Resultado.

No caso de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, o Banco reconhece a provisão para perdas na Demonstração Consolidada do Resultado em contrapartida ao Resultado, sem efeito no valor contábil bruto do ativo financeiro.

A cada período reportado, o Banco avalia se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente por meio de informações razoáveis e sustentáveis que são relevantes e estão disponíveis sem custo ou esforço indevido, incluindo informações qualitativas, quantitativas e prospectivas. As informações prospectivas são baseadas em cenários macroeconômicos que são reavaliados mensalmente ou quando condições de mercado exigirem.

O Banco aplica a abordagem de três estágios para mensurar a perda de crédito esperada, na qual os ativos financeiros migram de um estágio para outro de acordo com as mudanças no risco de crédito.

Um ativo migrará de estágio à medida que seu risco de crédito aumentar. Se, em um período subsequente, a qualidade de um ativo financeiro melhorar ou o aumento significativo no risco de crédito anteriormente identificado se reverter, o ativo financeiro poderá voltar para o estágio 1, a menos que seja um ativo financeiro originado ou comprado com problemas de recuperação de crédito.

São considerados ativos financeiros com baixo risco de crédito e, portanto, permanecem no estágio 1, os títulos públicos do governo brasileiro, conforme estudo efetuado pelo Banco.

O Banco avalia se o risco de crédito aumentou significativamente de forma individual ou coletiva. Para fins de avaliação coletiva, os ativos financeiros são agrupados com base em características de risco de crédito compartilhado, levando em consideração o tipo de instrumento, as classificações de risco de crédito, a data de reconhecimento inicial, prazo remanescente, ramo, localização geográfica da contraparte dentre outros fatores relevantes.

Até 2017, o CCB Brasil avaliava se havia evidências objetivas de que os ativos financeiros apresentavam alguma evidência de redução ao valor recuperável. Os ativos financeiros eram considerados com redução do valor recuperável quando evidências objetivas demonstravam que uma perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que esta perda representava um impacto nos fluxos de caixa futuros do ativo que poderiam ser estimados de modo confiável. O CCB Brasil considerava evidências de redução ao valor recuperável tanto para ativos individualmente significativos como no nível coletivo. Todos os ativos financeiros individualmente significativos eram avaliados para se detectar perdas específicas e coletivas. Os ativos que não eram individualmente significativos eram avaliados coletivamente para se detectar redução ao valor recuperável, que era estimada considerando o agrupamento de ativos financeiros (contabilizados a custo amortizado) com características e risco similares.

O CCB Brasil considerava “evidências objetivas de redução no valor recuperável” os seguintes indicadores:

- a) Quebra contratual, como inadimplência ou mora no pagamento dos contratos com vencimento superior a 90 dias;
- b) Classificações definidas pela área de crédito do CCB Brasil que indicavam deterioração das operações;
- c) Operações de clientes em recuperação judicial;
- d) Empréstimos e recebíveis renegociados.

Para ativos instrumentos de dívida ou de patrimônio que eram negociados em mercado ativo, uma redução significativa no volume de operações ou ausência de liquidez também poderiam ser considerados como evidência de redução no valor recuperável, para fins desta análise, estes ativos eram periodicamente avaliados pela área de Risco de Mercado do CCB Brasil.

As operações identificadas individualmente com evidência objetiva de redução ao valor recuperável eram avaliadas quanto a expectativa de recuperação considerando aspectos como a situação econômico e financeira do cliente, capacidade de pagamento do devedor, prazo estimado para recebimento, garantias, probabilidade de recuperação e outros aspectos relacionados às condições da operação. Esta avaliação visava a obtenção de fatos e dados que eram utilizados para mensuração do valor presente recuperável.

As perdas por redução ao valor recuperável de ativos contabilizados pelo custo amortizado eram mensuradas como sendo a diferença entre o valor contábil dos ativos financeiros e o valor presente recuperável, descontado pelas taxa de juros efetiva original dos ativos.

Na avaliação e cálculo da redução ao valor recuperável coletiva, efetuada tanto para ativos que individualmente não possuíam evidência de redução no valor recuperável, quanto para ativos não individualmente significativos, o CCB Brasil utilizava percentuais calculados com base em estudos de perda histórica que levavam em conta os volumes de perda incorrida nos últimos três anos, preços médios praticados em cessões de crédito para empresas securitizadoras, e o comportamento dos grupos de ativos com características e riscos de crédito similares. Nas situações em que se constatar que os percentuais de perda histórica não representavam exatamente as condições atuais de risco de crédito de um grupo de ativos, estes percentuais eram ajustados conforme o julgamento da administração. O exercício deste julgamento, quando necessário, levava em conta, dentre outros, as condições atuais da economia (e do cenário doméstico de crédito), e podia levar a ajustes nos percentuais de perda histórica uma vez constatado que as perdas reais possuíam a probabilidade de serem superiores ou inferiores àquelas sugeridas pela modelagem histórica.

As perdas permanentes por redução ao valor recuperável com instrumentos financeiros classificados como disponíveis para venda eram reconhecidas transferindo-se a diferença entre o custo de aquisição amortizado e o valor justo atual, do patrimônio líquido para o resultado do período em que ocorrem.

Os ativos financeiros são baixados do balanço da entidade quando não há mais expectativa de recuperação.

iv. Passivos Financeiros ao Valor Justo por meio do Resultado

Classificação aplicada a derivativos e outros passivos financeiros designados ao valor justo por meio do resultado para reduzir “descasamentos contábeis”. O Banco designa passivos financeiros, irrevogavelmente, ao valor justo por meio do resultado no reconhecimento inicial (opção de valor justo), quando a opção reduz ou elimina significativamente inconsistências de mensuração ou de reconhecimento.

Ganhos ou perdas em passivos financeiros designados ao valor justo por meio do resultado são apresentados parcialmente em outros resultados abrangentes que não serão reclassificados para o lucro líquido ou prejuízo (o valor da mudança no valor justo do passivo financeiro é atribuído para mudanças no prêmio de risco de crédito do passivo, que não é atribuído a variação de risco de mercado) e parcialmente como resultado do exercício (o valor restante da mudança no valor justo do passivo).

v. Técnicas de avaliação

Os métodos adotados pelo CCB Brasil para a apuração do valor justo dos instrumentos financeiros seguem três diferentes níveis, conforme segue:

- Nível 1: Utiliza como referência cotações públicas e preços disponíveis em mercado ativo. Estão incluídos nesse nível, substancialmente, os títulos de emissão do tesouro nacional, títulos de emissão privada com mercado secundário “ativo”, e os instrumentos de patrimônio (ações) de outras entidades.

- Nível 2: Na ausência de cotações públicas, o CCB Brasil, através de modelos internos, faz a sua melhor estimativa do preço que seria fixado pelo mercado para negociação do instrumento. Para tanto, utiliza dados baseados em parâmetros de mercado observáveis. Os instrumentos financeiros derivativos, cuja mensuração está atrelada à construção de curvas por meio da utilização de taxas divulgadas pela B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão estão alocados neste nível além das emissões no exterior com preços disponíveis no mercado secundário.

- Nível 3: Caso também não existam disponíveis dados baseados em parâmetros de mercado observáveis, a Administração se utiliza de informações internas e modelos internos para a apuração do melhor valor justo dos ativos e passivos financeiros. Em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 não havia instrumentos financeiros enquadrados nesse nível.

Não houve reclassificações entre o nível 1 e o nível 2 nos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2018 e 2017.

	2018			2017		
	Cotações publicadas de preço em mercados ativos (Nível 1)	Modelos internos (Nível 2)	Total	Cotações publicadas de preço em mercados ativos (Nível 1)	Modelos internos (Nível 2)	Total
Derivativos (nota 6)	-	445.502	445.502	-	-	-
Ativos financeiros para negociação (Nota 6)	-	-	-	-	297.439	297.439
Ativos financeiros a custo amortizado (nota 5)	1.725.747	-	1.725.747	-	-	-
Ativos financeiros mantidos até o vencimento (Nota 5)	-	-	-	1.254.478	-	1.254.478
Ativos Financeiros a valor justo de outros resultados abrangentes (nota 5)	7.482.470	-	7.482.470	-	-	-
Ativos financeiros disponíveis para venda (Nota 5)	-	-	-	7.086.902	-	7.086.902
Derivativos (Nota 6)	-	21.963	21.963	-	-	-

China Construction Bank (Brasil) Banco Múltiplo S/A

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras Consolidadas – 2018
(em milhares de reais, exceto quando indicado)

Passivos financeiros a valor justo por meio do resultado (Nota 6)	-	-	-	-	5.152	5.152
Outros passivos ao valor justo através do resultado (Nota 17 e Nota 19)	1.046.949	66.009	1.112.958	-	-	-
Outros passivos ao valor justo através do resultado (Nota 17 e Nota 19)	-	-	-	988.046	76.611	1.064.657
Passivos financeiros Objeto de Hedge (Nota 19)	-	1.767.532	1.767.532	-	-	-
Passivos financeiros Objeto de Hedge (Hedge) (Nota 19)	-	-	-	-	2.801.698	2.801.698

As principais técnicas usadas pelos modelos internos (nível 2) do CCB Brasil para determinar o valor justo dos instrumentos financeiros detalhados na tabela a seguir são as seguintes:

	Valores justos calculados utilizando-se modelos internos		Técnicas de avaliação	Principais premissas
	2018	2017		
Derivativos Ativos	445.502	297.439		
Contratos de swap	444.960	295.854	Método do valor presente	Dados de mercado observáveis (taxas de desconto e juros)
Operações a termo	542	1.585	Método do valor presente	Dados de mercado observáveis e liquidez (taxas de câmbio e juros)
Derivativos Passivos	21.963	5.152		
Contratos de swap	20.970	4.438	Método do valor presente	Dados de mercado observáveis (taxas de desconto e juros)
Operações a termo	993	714	Modelo Black-Scholes	Dados de mercado observáveis e liquidez (taxas de câmbio e juros)
Outros passivos ao valor justo através do resultado	1.833.541	2.878.309		
Passivos Financeiros objetos de hedge	1.767.532	2.801.698	Método do valor presente	Dados de mercado observáveis (taxas de desconto e juros)
Obrigações por empréstimos no exterior	66.009	76.611	Método do valor presente	Dados de mercado observáveis (taxas de desconto e juros)

d) Valor justo de ativos e passivos financeiros não mensurados ao valor justo

Os ativos financeiros são mensurados ao valor justo no balanço patrimonial consolidado, exceto empréstimos e recebíveis. No mesmo sentido, os passivos financeiros, exceto os passivos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado são avaliados ao custo amortizado.

O quadro abaixo tem como propósito demonstrar o valor justo dos ativos e passivos não mensurados ao valor justo.

	2018				
	Valor Contábil	Valor Justo	Nível 1	Nível 2	Nível 3
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS					
A custo amortizado (Nota 5)	1.725.747	1.826.567	-	1.826.567	-
EMPRÉSTIMOS E RECEBÍVEIS					
Empréstimos e adiantamentos a clientes (Nota 7)	8.840.533	9.526.527	-	9.526.527	-
PASSIVO FINANCEIRO AO CUSTO AMORTIZADO					
Dívidas subordinadas (Nota 17)	1.154.621	1.398.894	314.200	1.084.694	-
Depósitos de instituições financeiras (Nota 14)	7.162.517	7.162.522	-	7.162.522	-
Depósitos de clientes (Nota 15)	3.068.808	3.099.854	-	3.099.854	-
2017					
	Valor Contábil	Valor Justo	Nível 1	Nível 2	Nível 3
	Valor Contábil	Valor Justo	Nível 1	Nível 2	Nível 3
ATIVOS FINANCEIROS MANTIDOS ATÉ O VENCIMENTO					
Instrumentos de dívida (Nota 5)	1.254.478	1.324.780	-	1.324.780	-
EMPRÉSTIMOS E RECEBÍVEIS					
Empréstimos e adiantamentos a clientes (Nota 7)	6.723.414	7.284.901	-	7.284.901	-
PASSIVO FINANCEIRO AO CUSTO AMORTIZADO					
Dívidas subordinadas (Nota 17)	971.969	1.313.633	283.953	1.029.680	-
Depósitos de instituições financeiras (Nota 14)	3.481.635	3.481.801	-	3.481.801	-
Depósitos de clientes (Nota 15)	2.853.356	2.869.513	-	2.869.513	-

e) Baixa de ativos e passivos financeiros

Os ativos financeiros, ou parte deles, são desreconhecidos quando os direitos contratuais de receber o fluxo de caixa dos ativos expirarem, ou quando forem transferidos e o Grupo transferir substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade, ou o Grupo não transfere e nem retém substancialmente todos os riscos e benefícios de participações.

O consolidado efetua transações onde retém os direitos contratuais de receber o fluxo de caixa dos ativos, mas assume uma obrigação contratual de pagar esses fluxos de caixa a outras entidades e transfere substancialmente todos os riscos e benefícios. Essas transações são contabilizadas como transferências 'repassadas' que resultam em desreconhecimento se o grupo:

- (i) não tem obrigação de efetuar pagamentos, a menos que receba valores equivalentes dos ativos;
- (ii) É proibido vender ou oferecer os ativos; e
- (iii) tem a obrigação de remeter todo o dinheiro que arrecada dos ativos sem atraso material

f) Apresentação líquida de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros e suas respectivas receitas e despesas relacionadas, são apresentados líquidos nas demonstrações financeiras se, e somente se, houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

O Banco não apresentou ativos ou passivos financeiros líquidos em 2018 e 2017.

g) Ativos não financeiros mantidos para venda

Ativos não correntes destinados à venda incluem o valor contábil de itens individuais, ou grupos de alienação ou itens que façam parte de uma unidade de negócios destinada à alienação (“Operações descontinuadas”), cuja venda em sua condição atual seja altamente provável e cuja ocorrência é esperada para dentro de um ano a contar da data-base das informações financeiras. Ativos não correntes para venda são geralmente mensurados ao que for menor entre o valor justo menos o custo de venda e o valor contábil na data em que forem classificados nessa categoria. Ativos não correntes destinados à venda não são depreciados, desde que permaneçam nessa categoria.

Perdas por não-recuperação com um ativo ou grupo de alienação como resultado de uma redução em seu valor contábil para o valor justo (menos os custos de venda) são reconhecidas em “Ganhos (perdas) com outros ativos (líquidas)” na demonstração consolidada do resultado. Ganhos com um ativo não circulante destinado à venda decorrentes de aumentos subsequentes no valor justo (menos os custos de venda) aumentam o seu valor contábil e são reconhecidos na demonstração consolidada do resultado até o valor equivalente às perdas por não-recuperação previamente reconhecidas.

h) Operações de hedge

(i) Hedge de Valor Justo

Para essas operações são aplicadas as seguintes práticas:

- a) O ganho ou a perda resultante da nova mensuração do instrumento de hedge pelo valor justo deve ser reconhecido no resultado; e
- b) O ganho ou a perda resultante do item coberto atribuível a parcela efetiva do risco designado deve ajustar o valor contábil do item coberto a ser reconhecido no resultado.

Quando o derivativo expirar ou for vendido e os critérios de hedge contábil não forem mais atendidos ou caso a designação seja revogada deve-se descontinuar prospectivamente o hedge contábil. Além disso, qualquer ajuste no valor contábil do item coberto deve ser amortizado no resultado.

O Banco não possui *hedge accounting* de fluxo de caixa e *hedge* de investimento no exterior

i) Ativo tangível

Ativo tangível inclui o valor de móveis, veículos, hardware e outros utensílios de propriedade das entidades consolidadas, sendo apresentado pelo custo de aquisição menos a respectiva depreciação acumulada e quaisquer perdas por não-recuperação (valor contábil líquido superior ao valor recuperável).

A depreciação é calculada pelo método linear, com base no custo de aquisição dos ativos menos o seu valor residual.

A despesa de depreciação do ativo tangível é reconhecida na demonstração consolidada do resultado e calculada basicamente utilizando-se as seguintes taxas de depreciação (com base na média de anos de vida útil estimada dos diferentes ativos):

Tipo de Ativo	Taxa Anual
Prédios para uso próprio	4%
Móveis	10%
Utensílios	10%
Automóveis	20%
Equipamentos de escritório e Informática	20%
Benfeitorias em imóveis de terceiros	20%

O Consolidado avaliam, na data-base das informações financeiras, se há qualquer indicação de que um ativo pode ser não recuperável (ou seja, seu valor contábil excede seu valor recuperável). Caso seja constatada redução no valor recuperável de um ativo tangível, o valor apurado e as respectivas reversões (se este for o caso) são registrados no resultado do período na linha de “Ganhos (perdas) com outros ativos (líquidas)”.

Similarmente, se houver indicação de recuperação do valor de um ativo tangível, as entidades consolidadas reconhecem a reversão da perda por não-recuperação reconhecida em períodos anteriores e ajustam as despesas de depreciação futuras de acordo. Em nenhuma circunstância a reversão de uma perda por não-recuperação de um ativo poderá aumentar seu valor contábil acima do valor que teria se nenhuma perda por não-recuperação tivesse sido reconhecida em exercícios anteriores.

Despesas de conservação e manutenção relativas ao imobilizado de uso próprio são reconhecidas como despesas no período em que forem incorridas.

j) Contabilização de leasings

Leasings financeiros são operações de crédito que transferem ao arrendatário substancialmente todos os riscos e benefícios associados à propriedade do ativo arrendado.

Quando as entidades consolidadas atuam como arrendadoras de um ativo, a soma do valor presente dos pagamentos a serem recebidos do arrendatário em relação ao *leasing* mais o valor

residual garantido - que, de modo geral, é o preço de exercício da opção de compra do arrendatário ao final do prazo do *leasing* - é reconhecida como empréstimo a terceiros e, portanto, incluída na rubrica “Empréstimos e adiantamento a clientes” no balanço patrimonial consolidado.

k) Ativo intangível

O ativo intangível representa ativos não monetários identificáveis (separáveis de outros ativos) sem substância física que resultam de uma operação legal ou que sejam desenvolvidos internamente pelas entidades consolidadas. Somente são reconhecidos ativos cujo custo possa ser estimado de forma confiável e a partir dos quais as entidades consolidadas considerem prováveis que benefícios econômicos futuros serão gerados.

Ativos intangíveis são reconhecidos inicialmente pelo custo de aquisição ou produção e são subsequentemente mensurados ao custo de aquisição menos qualquer amortização acumulada e quaisquer perdas por não-recuperação (valor contábil líquido superior ao valor recuperável).

O ágio originado em processo de aquisição de subsidiárias representa o excesso do custo da aquisição em razão do interesse da entidade no valor justo dos ativos, dos passivos e dos passivos contingentes identificáveis na empresa adquirida na data da aquisição. Quando este excesso é negativo (deságio), é reconhecido imediatamente no resultado. O ágio é classificado como um intangível de vida útil indefinida, assim sendo, ele não é passível de amortização pelo prazo de benefício econômico futuro esperado.

A não-recuperação do ágio (ou seja, uma redução em seu valor recuperável abaixo de seu valor contábil) é avaliada ao final de cada período apresentado, e qualquer não-recuperação é baixada e debitada à rubrica “Ganhos (perdas) com outros ativos (líquidas)” na demonstração consolidada do resultado.

l) Provisões, ativos e passivos contingentes

Provisões, ativos contingentes e passivos contingentes são avaliados, reconhecidos e divulgados de acordo com a IAS 37 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes. Ativos contingentes e passivos contingentes são direitos e obrigações potenciais decorrentes de eventos passados e cuja ocorrência depende de eventos futuros incertos.

Ativos contingentes: não são reconhecidos contabilmente, exceto quando da existência de decisão judicial favorável, sobre a qual não se admitam recursos, caracterizados como praticamente certo. Os ativos com probabilidade de êxito provável são apenas divulgados em nota explicativa (**nota explicativa 21**). O CCB Brasil não possui ativos contingentes de êxito provável.

Provisões: são reconhecidas contabilmente quando a Administração, assessorada pelos consultores jurídicos, avalia a probabilidade de perda como provável. Os casos com chances

de perda classificados como possível são apenas divulgados em nota explicativa (**nota explicativa 21**).

Passivos contingentes: o termo “contingente” é usado para passivos e ativos que não sejam reconhecidos porque a sua existência somente será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob o controle da entidade. O termo passivo contingente é usado para passivos que não satisfaçam os critérios de reconhecimento, pois são considerados como perdas possíveis, devendo ser apenas divulgados em notas explicativas, quando relevantes. As obrigações classificadas como remotas não são provisionadas e nem divulgadas; e

Obrigações legais: estão reconhecidas e provisionadas no balanço patrimonial, independentemente da avaliação das chances de êxito no curso do processo judicial.

m) Reconhecimento de receitas e despesas

Os critérios mais significativos utilizados pelo CCB Brasil para reconhecer suas receitas e despesas são resumidos a seguir:

i. Receitas e despesas com juros e similares

Receitas e despesas com juros e similares são reconhecidas pelo regime de competência, utilizando-se o método da taxa de juros efetiva.

ii. Comissões, tarifas e itens similares

Receitas e despesas de comissões são reconhecidas na demonstração consolidada do resultado utilizando-se critérios que variam de acordo com a sua natureza. Os principais critérios são os seguintes:

- Receitas e despesas de tarifas e comissões, relativas a ativos financeiros e passivos financeiros mensurados ao valor justo no resultado, são reconhecidas quando pagas.
- Aquelas resultantes de transações ou serviços realizados ao longo de um período de tempo são reconhecidas ao longo da vida dessas transações ou desses serviços.
- As relativas a serviços prestados em um único ato são reconhecidas quando da execução desse único ato.

iii. Receitas e despesas não financeiras

São reconhecidas para fins contábeis pelo regime de competência.

n) Garantias financeiras

Garantias financeiras são definidas como contratos pelos quais uma entidade se compromete a efetuar pagamentos específicos em nome de um terceiro se este não o fizer,

independentemente das diversas formas jurídicas que possam ter, tais como garantias, créditos documentários irrevogáveis emitidos ou avalizados pela entidade, etc.

O CCB Brasil reconhece inicialmente as garantias financeiras prestadas no passivo do balanço patrimonial consolidado ao valor justo, que geralmente é o valor presente de taxas, comissões e juros a receber desses contratos ao longo de seu prazo, e, simultaneamente, reconhece no ativo do balanço patrimonial consolidado o valor de taxas, comissões e juros a receber ao valor presente.

Garantias financeiras, independentemente do avalista, da instrumentação ou de outras circunstâncias, são revisadas periodicamente para a determinação do risco de crédito a que estão expostas e, conforme o caso, para considerar se uma provisão é necessária. O risco de crédito é determinado pela aplicação de critérios similares aos estabelecidos para a quantificação de perdas por não-recuperação sobre empréstimos e recebíveis mensurados ao custo amortizado.

Se uma provisão específica for necessária para garantias financeiras, as respectivas comissões a apropriar reconhecidas sob a rubrica “Passivos financeiros ao custo amortizado - outros passivos financeiros” no balanço patrimonial consolidado são reclassificados para a provisão adequada.

o) Impostos sobre a renda e contribuição social

Os impostos sobre a renda e contribuição social são calculados sobre o lucro contábil ajustado nos termos da legislação tributária, às alíquotas de 15%, acrescida de adicional de 10% acima de determinado limite para o imposto de renda e, de 15% sobre lucro antes da dedução do imposto de renda para a contribuição social até agosto de 2015 e, a partir de setembro de 2015 até 31 de dezembro de 2018, 20%, conforme a lei nº 13.169/15.

A despesa do Imposto de Renda é reconhecida na demonstração consolidada do resultado, exceto quando resulta de uma transação reconhecida diretamente no patrimônio líquido, sendo, nesse caso, o efeito fiscal reconhecido também no patrimônio líquido.

A despesa com impostos sobre a renda corrente é calculada como a soma do imposto corrente resultante da aplicação da alíquota adequada ao lucro real do exercício (líquido de quaisquer deduções permitidas para fins fiscais) e das mutações nos ativos e passivos fiscais diferidos reconhecidos na demonstração consolidada do resultado.

Ativos e passivos fiscais diferidos incluem diferenças temporárias, identificadas como os valores que se espera pagar ou recuperar sobre diferenças entre os valores contábeis dos ativos e passivos e suas respectivas bases de cálculo, além de prejuízos fiscais acumulados. Esses valores são mensurados às alíquotas que se espera aplicar no período em que o ativo for realizado ou o passivo for liquidado.

Ativos fiscais diferidos somente são reconhecidos para diferenças temporárias na medida em que sejam considerados prováveis que as entidades consolidadas terão lucros tributáveis futuros suficientes contra os quais os ativos fiscais diferidos possam ser utilizados.

p) Demonstrações consolidadas dos fluxos de caixa

Os termos a seguir são usados nas demonstrações consolidadas dos fluxos de caixa com os seguintes significados:

- Fluxos de caixa: fluxos de entrada e saída de caixa e equivalentes de caixa, que são aplicações financeiras de alta liquidez sujeitas a um risco insignificante de mudanças no valor.
- Atividades operacionais: as principais atividades geradoras de receita de instituições financeiras e outras atividades que não são atividades de financiamento ou de investimento.
- Atividades de investimento: a aquisição e a venda de outros investimentos não incluídos em caixa e equivalentes de caixa.
- Atividades de financiamento: atividades que resultam em mudanças no tamanho e na composição do patrimônio líquido e do passivo que não são atividades operacionais.

Ao preparar a demonstração consolidada dos fluxos de caixa, as aplicações financeiras de alta liquidez que estão sujeitas a um risco insignificante de mudanças no valor foram classificadas como “Caixa e equivalentes de caixa”.

q) Estimativas contábeis críticas

Os resultados consolidados e a determinação do patrimônio consolidado são impactados por políticas contábeis, premissas, estimativas e métodos de mensuração utilizados pelos administradores do CCB Brasil na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas. Todas as estimativas e premissas, as quais estão destacadas abaixo, aplicadas pela administração em conformidade com o IFRS são as melhores estimativas de acordo com a norma aplicável, no momento de sua aplicação.

As demonstrações financeiras consolidadas incluem estimativas e premissas, como a avaliação do valor justo de ativos e passivos financeiros, mensuração do valor recuperável de ativos financeiros e não financeiros e o reconhecimento e avaliação de impostos diferidos. Estas estimativas, na qual foram efetuadas com a melhor informação disponível, são basicamente as seguintes:

- Avaliação do valor justo de determinados instrumentos financeiros;*

O “valor justo” de um instrumento financeiro em uma determinada data é interpretado como o valor pelo qual ele poderia ser adquirido ou vendido naquela data por duas partes bem

informadas, agindo deliberadamente e com prudência, em uma transação em condições regulares de mercado. A referência mais objetiva e comum para o valor justo de um instrumento financeiro é o preço que seria pago por ele em um mercado ativo, transparente e significativo (“preço cotado” ou “preço de mercado”).

Caso não haja um preço de mercado disponível para um instrumento financeiro, seu valor justo será estimado com base no preço estabelecido em operações recentes envolvendo o mesmo instrumento ou instrumentos similares e, na ausência destes, com base em técnicas de avaliação normalmente usadas pelo mercado financeiro considerando, quando aplicável, dados observáveis no mercado.

Além do método de desconto ao valor presente para avaliação de instrumentos financeiros (método aplicável principalmente para instrumentos de dívida, swaps e operações a termo); onde os fluxos de caixa futuros esperados são descontados ao valor presente utilizando-se as curvas calculadas com base em dados observáveis de mercado (PU Anbima, DIs e DDIs Futuros etc.).

ii. Redução ao valor recuperável de ativos financeiros;

O CCB Brasil reconhece as perdas inerentes a ativos financeiros não avaliados ao valor justo levando em conta a experiência histórica de perda de valor recuperável e outras circunstâncias conhecidas por ocasião da avaliação.

iii. Ágio

O ágio registrado está sujeito ao teste de recuperabilidade, pelo menos uma vez ao ano ou em menor período, no caso de alguma indicação de redução do valor recuperável do ativo.

A base utilizada para o teste de recuperabilidade é o valor em uso e, para este efeito, é estimado o fluxo de caixa para um período determinado. O fluxo de caixa foi preparado considerando vários fatores, como: (i) projeções macroeconômicas de taxa de juros, inflação, taxa de câmbio e outras; (ii) comportamento e estimativas de crescimento do sistema financeiro nacional; (iii) aumento dos custos, retornos, sinergias e plano de investimentos; (iv) comportamento dos clientes; e (v) taxa de crescimento e ajustes aplicados aos fluxos em perpetuidade. A adoção dessas estimativas envolve a probabilidade de ocorrência de eventos futuros e a alteração de algum destes fatores poderia ter um resultado diferente.

iv. Mensuração do valor recuperável de ativos tangíveis e intangíveis;

Nas datas-base de divulgação das demonstrações financeiras, o CCB Brasil possui como prática a verificação da existência de evidências objetivas de redução do valor recuperável dos ativos não financeiros. Esta mensuração pode envolver critérios subjetivos de avaliação, tais como análise de obsolescência técnica e operacional ou a expectativa de substituição do ativo por outro que gere benefícios econômicos futuros superiores ao anterior.

v. *Reconhecimento e avaliação de impostos diferidos;*

Os ativos fiscais diferidos são reconhecidos em relação a diferenças temporárias e prejuízos fiscais a compensar na medida em que se considera provável a apuração de lucro tributável futuro de forma que tais ativos fiscais diferidos possam ser utilizados.

As estimativas de apuração de lucros tributáveis futuros, baseiam-se no estudo técnico de realização de créditos tributários, que abrange estimativas e projeções de eventos e tendências futuras, que podem afetar as demonstrações financeiras consolidadas.

vi. *Provisões, Contingências e Outros Compromissos;*

O CCB Brasil revisa periodicamente suas contingências. Essas contingências são avaliadas com base nas melhores estimativas da Administração, levando em consideração o parecer de assessores legais quando houver probabilidade que recursos financeiros sejam exigidos para liquidar as obrigações e que o montante das obrigações possa ser razoavelmente estimado.

As contingências classificadas como Perdas Prováveis são reconhecidas no Balanço Patrimonial na rubrica Provisões.

Os valores das contingências são quantificados utilizando-se modelos e critérios que permitam a sua mensuração de forma adequada, apesar da incerteza inerente aos prazos e valores, conforme detalhado na **nota explicativa nº 21**.

A análise de sensibilidade é detalhada na **nota explicativa nº 37** - “Gestão de Riscos”.

r) Normas que ainda não estão em vigor.

Os pronunciamentos a seguir entrarão em vigor para períodos após a data destas Demonstrações Financeiras. Não houve por parte da instituição adoção antecipada das normas e/ou alterações das normas apresentadas abaixo:

- Alteração da IFRS 16 - Contratos de Leasing – Emitida em janeiro de 2016, com data de aplicação obrigatória a partir de janeiro de 2019. Esta norma contém uma nova abordagem para os contratos de leasing, que requer ao arrendador reconhecer ativos e passivos pelos direitos e obrigações criados pelo contrato. O Banco avaliou os impactos da adoção da nova norma e concluiu que não haverá impactos significativos no saldo de abertura do patrimônio líquido em 1º de janeiro de 2019.

s) Informações para efeito de comparabilidade

Em 2017, foram efetuadas reclassificações na Demonstração de Resultado nos verbetes Resultado líquido com juros e similares no montante a crédito de R\$ 477.732 em contrapartida a Ganhos (Perdas) com ativos e passivos financeiros (líquidos) no valor de R\$ 506.891, e no valor de R\$ 29.159 a crédito para Diferenças Cambiais (Líquidas). Essas reclassificações não geraram impacto no patrimônio líquido, resultado do exercício e fluxos de caixa.

3. Disponibilidades e reservas no Banco Central do Brasil

	2018	2017
Caixa	595	2.247
Depósitos bancários de IF's sem conta reserva	206	507
Depósitos no exterior em moedas estrangeiras	39.626	90.353
Depósitos compulsórios no Banco Central	6.516	21.595
	<u>46.943</u>	<u>114.702</u>
Moeda:		
Real	7.317	24.349
Dólar norte-americano	39.626	90.353
	<u>46.943</u>	<u>114.702</u>

A **nota explicativa nº 34-b** contém detalhes dos períodos de vencimento residual de disponibilidades e reservas no Banco Central do Brasil.

4. Empréstimos e Adiantamentos a Instituições Financeiras

A composição, por classificação, tipo e moeda, dos saldos da rubrica “Empréstimos e adiantamentos a instituições financeiras” nos balanços patrimoniais consolidados é a seguinte:

	2018	2017
Classificação:		
Empréstimos e recebíveis	3.265.217	731.232
	<u>3.265.217</u>	<u>731.232</u>
Tipo:		
<i>Ativos Financeiros ao custo amortizado (estágio 1):</i>		
Operações compromissadas	2.654.994	53.008
Depósitos judiciais, fiscais e trabalhistas	433.948	481.660
Depósitos interfinanceiros	176.275	196.492
Outros empréstimos	-	72
	<u>3.265.217</u>	<u>731.232</u>
Moeda:		
Real	3.094.346	540.296
Dólar norte-americano	170.871	190.936
	<u>3.265.217</u>	<u>731.232</u>

A **nota explicativa nº 34-b** contém detalhes dos períodos de vencimento residual de empréstimos e recebíveis.

5. Títulos e valores mobiliários

A composição, por classificação, tipo e moeda, dos saldos da rubrica “Títulos e valores mobiliários” é a seguinte:

	2018	2017
Classificação:		
Ativos financeiros ao custo amortizado	1.725.747	-
Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	7.482.470	-
Ativos financeiros disponíveis para venda	-	7.086.646
Ativos financeiros mantidos até o vencimento	-	1.254.478
	<u>9.208.217</u>	<u>8.341.124</u>
Tipo:		
Ativos Financeiros ao custo amortizado (estágio 1):	1.725.747	-
Títulos públicos do governo brasileiro - Global Bonds	1.665.848	-
Cotas de Fundos de Multimercado	44.709	-
Debêntures	15.190	-
Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (estágio 1):	7.482.470	-
Títulos públicos do governo brasileiro	7.482.470	-
Ativos financeiros disponíveis para venda:	-	7.086.646
Títulos públicos do governo brasileiro	-	7.086.646
Ativos financeiros mantidos até o vencimento:	-	1.254.478
Títulos públicos do governo brasileiro - Global Bonds	-	1.231.642
Cotas de Fundos de Multimercado	-	22.836
Moeda:		
Real	7.542.369	7.109.482
Dólar	1.665.848	1.231.642
	<u>9.208.217</u>	<u>8.341.124</u>

A **nota explicativa nº 34-b** contém detalhes dos períodos de vencimento residual dos ativos financeiros.

6. Derivativos

a) Política de utilização

Em função da Regra Volcker, aplicável ao Grupo CCB globalmente, mantiveram-se suspensas as operações da carteira trading do CCB Brasil. O CCB Brasil realizou operações de derivativos tradicionais que visam atender as necessidades dos clientes, bem como executar sua política de gestão de riscos de modo a minimizar os riscos resultantes das operações financeiras próprias. Seu objetivo foi o de obter a mitigação da exposição às variáveis de mercado que impactem ativos e passivos do conglomerado.

b) Proteção das Exposições Cambiais

O CCB Brasil efetua operações de Swap, NDF e Mercado Futuro para fins de hedge de suas obrigações com títulos emitidos no exterior e empréstimos em moeda estrangeira com o objetivo de se proteger do risco de variação cambial e do cupom das operações, se resguardando das oscilações cambiais através da utilização de hedge econômico e contábil quando aplicável, para essas operações.

c) Proteção do Portfolio com Taxas Prefixadas

A Instituição adota a estratégia de adquirir contratos futuros de DI, avaliando a relação de duration entre os vencimentos dos contratos futuros de DI e o duration do portfólio de crédito. A cobertura do hedge é avaliada mensalmente e atende critérios que consideram a carteira total deduzida dos atrasos e o pré-pagamento. A substituição dos contratos futuros de DI é periódica, conforme identificada a abertura de novos contratos futuros e detectada sua liquidez. A Tesouraria do Consolidado avalia a necessidade de compra ou venda de novos contratos futuros de DI para contrabalançar o ajuste a valor de mercado do objeto de hedge. O objetivo é garantir uma efetividade do hedge no intervalo de 80% a 125% considerando a relação entre a variação à mercado do layer protegido, objeto de hedge designado e a variação à mercado dos contratos futuros de DI.

d) Gerenciamento de risco

O CCB Brasil opera com instrumentos financeiros derivativos como parte do elenco de produtos oferecidos aos seus clientes e para atender a sua própria necessidade, relacionada com o gerenciamento de riscos de mercado, que decorrem, basicamente, de normais descasamentos entre moedas, taxas de juros, indexadores e prazos de suas operações ativas e passivas.

Os principais fatores de risco dos derivativos assumidos em 31 de dezembro de 2018 eram relacionados à taxa de câmbio, taxa de juros e cupom de dólar, e visam maximizar as relações risco e retorno, mesmo em situações de grande volatilidade. O controle de gerenciamento de

risco das carteiras é efetuado utilizando-se das métricas VaR (para a carteira trading), EVE e NII (para a carteira banking e global), Rentabilidade e Risco de Liquidez.

e) Critérios de mensuração do valor de mercado

Para a obtenção dos valores de mercado, são adotados os seguintes critérios:

- **Futuros e Termo:** cotações em bolsas;
- **Swap:** estima-se o fluxo de caixa de cada uma de suas partes descontadas a valor presente, conforme as correspondentes curvas de juros, obtidas com base nos preços da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão, e/ou nos preços de mercado dos títulos públicos para as operações do Brasil, e nos preços das bolsas internacionais para as operações realizadas no exterior, quando aplicável;

f) As operações em aberto em 31 de dezembro de 2018 e 2017 apresentam as seguintes características:

	Diferencial		Valor de Referência - 2018			
			Posição Líquida dos Contratos Ativos e (Passivo)			Total
	A Receber	A Pagar	A vencer até 3 meses	A vencer de 3 a 12 meses	A vencer mais de 12 meses	
Contratos de Swap:						
Mercado Interfinanceiro	11.113	2.876	6.618	(491.081)	(229.525)	(713.988)
Moeda Estrangeira	430.802	18.094	(6.618)	464.708	229.525	687.615
Pré	3.045	-	-	26.373	-	26.373
Subtotal Swap	444.960	20.970				
Contratos de Termo/NDF:						
Compra de Termo/NDF	2	59	1.237	1.258	-	2.495
Venda de Termo/NDF	540	934	(5.203)	(33.942)	-	(39.145)
Subtotal Termo/NDF	542	993				
Total	445.502	21.963				
Contratos Futuros:						
Venda – Mercado Interfinanceiro	-	575	(176.913)	(586.063)	(1.407.997)	(2.170.973)
Compra – DDI – Cupom Cambial	-	4.607	11.619	1.334.355	-	1.345.974
Compra – Moeda Estrangeira	-	28	6.788	-	-	6.788
Venda – Moeda Estrangeira	5.218	-	(1.285.584)	-	-	(1.285.584)

	Diferencial		Valor de Referência - 2017			
			Posição Líquida dos Contratos Ativos e (Passivo)			Total
	A Receber	A Pagar	A vencer até 3 meses	A vencer de 3 a 12 meses	A vencer mais de 12 meses	
Contratos de Swap:						
Mercado Interfinanceiro	1.304	997	44.834	(1.335.111)	(259.421)	(1.549.698)
Moeda Estrangeira	294.488	3.441	(44.834)	1.294.452	259.421	1.509.039
Pré	62	-	-	(40.659)	-	(40.659)
Subtotal Swap	295.854	4.438				
Contratos de Termo/NDF:						

China Construction Bank (Brasil) Banco Múltiplo S/A

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras Consolidadas – 2018
(em milhares de reais, exceto quando indicado)

Compra de Termo/NDF	29	-	664	247	-	911
Venda de Termo/NDF	1.556	714	4.158	34.994	-	39.152
Subtotal Termo/NDF	1.585	714				
Total	297.439	5.152				

Contratos Futuros:

Compra – Mercado Interfinanceiro	2	-	10.494	-	-	10.494
Venda – Mercado Interfinanceiro	-	(2.032)	(740.108)	(547.375)	(1.887.286)	(3.174.769)
Compra – DDI – Cupom Cambial	203	-	771.848	936.114	8.036	1.715.998
Venda – DDI – Cupom Cambial	-	2.524	(105.965)	(65.230)	-	(171.195)
Compra – Moeda Estrangeira	2.458	-	114.145	-	-	114.145
Venda – Moeda Estrangeira	-	93	(1.312.514)	-	-	(1.312.514)

A **nota explicativa nº 34-b** contém detalhes dos períodos de vencimento residual dos derivativos.

7. Empréstimos e Adiantamentos a Clientes

a) Composição

A composição dos saldos da rubrica “Empréstimos e adiantamentos a clientes” nos balanços patrimoniais consolidados é a seguinte:

	2018			
	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	TOTAL
Pessoas Físicas	1.961.641	104.870	166.401	2.232.912
Consignado	1.805.304	90.939	106.631	2.002.874
Outros empréstimos	156.337	13.931	59.770	230.038
Pessoas Jurídicas	5.932.276	472.744	202.601	6.607.621
Capital de Giro	2.966.124	311.492	18.886	3.296.502
Financiamento à exportação / importação	1.552.351	111.058	77.959	1.741.368
Outros empréstimos	1.413.801	50.194	105.756	1.569.751
Total	7.893.917	577.614	369.002	8.840.533

	2017
	TOTAL
Pessoas Físicas	2.768.473
Consignado	2.393.327
Outros empréstimos	375.146
Pessoas Jurídicas	3.954.941
Capital de Giro	2.084.308
Financiamento à exportação / importação	1.077.724
Outros empréstimos	792.909
Total	6.723.414

Não existem empréstimos e adiantamentos a clientes em valores significativos sem datas de vencimento fixadas.

A [nota explicativa nº 34-b](#) contém detalhes dos períodos de vencimento residual de empréstimos e adiantamentos a clientes.

b) Valor contábil bruto (carteira de crédito) para estágios de perda esperada

Reconciliação da carteira bruta de “Empréstimos e adiantamentos a clientes”, segregadas por estágios:

Estágio 1	Saldo Inicial 31/12/2017	Transferência para Estágio 2	Transferência para Estágio 3	Transferência do Estágio 2	Transferência do Estágio 3	Write-off	Outras Movimentações *	Saldo Final 31/12/2018
Pessoas Físicas	2.531.597	(62.934)	(82.992)	18.546	4.300	-	(446.876)	1.961.641
Consignado	2.253.415	(54.130)	(55.524)	9.238	3.151	-	(350.847)	1.805.304
Outros empréstimos **	278.182	(8.804)	(27.468)	9.308	1.149	-	(96.029)	156.337
Pessoas Jurídicas	3.475.270	(431.098)	(8.360)	36.630	-	-	2.859.834	5.932.276
Capital de Giro	1.982.365	(303.570)	-	9.964	-	-	1.285.726	2.966.124
Financiamento à exportação / importação	902.518	(127.528)	-	26.009	-	-	751.352	1.552.351
Outros empréstimos **	590.387	-	(8.360)	657	-	-	822.756	1.413.801
Total	6.006.867	(494.032)	(91.352)	55.176	4.300	-	2.412.958	7.893.917

Estágio 2	Saldo Inicial 31/12/2017	Transferência para Estágio 1	Transferência para Estágio 3	Transferência do Estágio 1	Transferência do Estágio 3	Write-off	Outras Movimentações *	Saldo Final 31/12/2018
Pessoas Físicas	97.551	(18.546)	(11.171)	62.934	1.462	-	(27.360)	104.870
Consignado	57.587	(9.238)	(5.531)	54.130	1.065	-	(7.074)	90.939
Outros empréstimos **	39.964	(9.308)	(5.640)	8.804	397	-	(20.286)	13.931
Pessoas Jurídicas	293.939	(36.630)	(44.387)	431.098	-	-	(171.276)	472.744
Capital de Giro	80.714	(9.964)	(9.365)	303.570	-	-	(53.463)	311.492
Financiamento à exportação / importação	92.962	(26.009)	-	127.528	-	-	(83.423)	111.058
Outros empréstimos **	120.263	(657)	(35.022)	-	-	-	(34.390)	50.194
Total	391.490	(55.176)	(55.558)	494.032	1.462	-	(198.636)	577.614

Estágio 3	Saldo Inicial 31/12/2017	Transferência para Estágio 1	Transferência para Estágio 2	Transferência do Estágio 1	Transferência do Estágio 2	Write-off	Outras Movimentações *	Saldo Final 31/12/2018
Pessoas Físicas	139.325	(4.300)	(1.462)	82.992	11.171	(121.827)	60.502	166.401
Consignado	82.325	(3.151)	(1.065)	55.524	5.531	(45.234)	12.701	106.631
Outros empréstimos **	57.000	(1.149)	(397)	27.468	5.640	(76.593)	47.801	59.770
Pessoas Jurídicas	185.732	-	-	8.360	44.387	(45.556)	9.678	202.601
Capital de Giro	21.229	-	-	8.360	9.365	-	(20.068)	18.886
Financiamento à exportação / importação	82.244	-	-	-	-	-	(4.285)	77.959
Outros empréstimos **	82.259	-	-	-	35.022	(45.556)	34.031	105.756
Total	325.057	(4.300)	(1.462)	91.352	55.558	(167.383)	70.180	369.002

China Construction Bank (Brasil) Banco Múltiplo S/A

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras Consolidadas – 2018
(em milhares de reais, exceto quando indicado)

Consolidado dos 3 Estágios	Saldo Inicial 31/12/2017	Write-off	Outras Movimentações	Saldo Final 31/12/2018
Pessoas Físicas	2.768.473	(121.827)	(413.734)	2.232.912
Consignado	2.393.327	(45.234)	(345.219)	2.002.874
Outros empréstimos **	375.146	(76.593)	(68.515)	230.038
Pessoas Jurídicas	3.954.941	(45.556)	2.698.236	6.607.621
Capital de Giro	2.084.308	-	1.212.193	3.296.502
Financiamento à exportação / importação	1.077.724	-	663.644	1.741.368
Outros empréstimos **	792.909	(45.556)	822.399	1.569.751
Total	6.723.414	(167.383)	2.284.502	8.840.533

* Em “outras movimentações” são considerados as operações baixadas por recebimento e a inclusão de novas operações, cessões de crédito e variação cambial de operações indexadas em moeda estrangeira.

** Em “outros empréstimos” são incluídas outras modalidades de crédito (Adiantamentos sobre contratos de câmbio, Financiamentos rurais e agroindustriais, Financiamentos de máquinas e veículos pesados, Devedores por compra de valores e bens, Títulos e créditos a receber).

c) Perda de crédito esperada

Composição da provisão para perda de crédito esperada de “Empréstimos e adiantamentos a clientes e títulos e valores mobiliários”:

	2018
Pessoas Físicas	168.357
Consignado	130.539
Outros empréstimos	37.818
Pessoas Jurídicas	163.628
Capital de Giro	29.267
Financiamento à exportação / importação	68.798
Outros empréstimos	65.563
SubTotal	331.985
Títulos e valores mobiliários	6.733
Total	338.718

Reconciliação da provisão para perda de crédito esperada de “Empréstimos e adiantamentos a clientes”, segregadas por estágios:

Estágio 1	Saldo Inicial 31/12/2017	Transferência para Estágio 2	Transferência para Estágio 3	Transferência do Estágio 2	Transferência do Estágio 3	Write-off	Constituição / (Reversão)	Saldo Final 31/12/2018
Pessoas Físicas	69.754	(2.172)	(3.245)	1.491	2.628	-	(10.627)	57.829
Consignado	54.331	(1.617)	(1.440)	672	2.126	-	(3.976)	50.096
Outros empréstimos	15.423	(555)	(1.805)	819	502	-	(6.651)	7.733
Pessoas Jurídicas	9.686	(978)	(136)	1.246	-	-	24.652	34.470
Capital de Giro	2.931	(80)	(136)	163	-	-	13.450	16.328
Financiamento à exportação / importação	5.579	(898)	-	1.073	-	-	7.328	13.082
Outros empréstimos	1.176	-	-	10	-	-	3.874	5.060
Total	79.440	(3.150)	(3.381)	2.737	2.628	-	14.025	92.299

Estágio 2	Saldo Inicial 31/12/2017	Transferência para Estágio 1	Transferência para Estágio 3	Transferência do Estágio 1	Transferência do Estágio 3	Write-off	Constituição / (Reversão)	Saldo Final 31/12/2018
Pessoas Físicas	6.737	(1.491)	(894)	2.172	880	-	(1.283)	6.121
Consignado	3.749	(672)	(414)	1.617	707	-	108	5.095
Outros empréstimos	2.988	(819)	(480)	555	173	-	(1.391)	1.026
Pessoas Jurídicas	8.014	(1.246)	(4.516)	978	-	-	3.074	6.304
Capital de Giro	1.474	(163)	(567)	80	-	-	139	963
Financiamento à exportação / importação	2.161	(1.073)	-	898	-	-	3.037	5.023
Outros empréstimos	4.379	(10)	(3.949)	-	-	-	(102)	318
Total	14.751	(2.737)	(5.410)	3.150	880	-	1.791	12.425

Estágio 3	Saldo Inicial 31/12/2017	Transferência para Estágio 1	Transferência para Estágio 2	Transferência do Estágio 1	Transferência do Estágio 2	Write-off	Constituição / (Reversão)	Saldo Final 31/12/2018
Pessoas Físicas	79.916	(2.628)	(880)	3.245	894	(121.827)	145.687	104.407
Consignado	56.937	(2.126)	(707)	1.440	414	(45.234)	64.624	75.348
Outros empréstimos	22.979	(502)	(173)	1.805	480	(76.593)	81.063	29.059
Pessoas Jurídicas	112.064	-	-	136	4.516	(45.556)	51.694	122.854
Capital de Giro	9.437	-	-	136	567	-	1.836	11.976
Financiamento à exportação / importação	56.379	-	-	-	-	-	(5.686)	50.693
Outros empréstimos	46.248	-	-	-	3.949	(45.556)	55.544	60.185
Total	191.980	(2.628)	(880)	3.381	5.510	(167.383)	197.381	227.261

Consolidado dos 3 Estágios	Saldo Inicial 31/12/2017	Write-off	Constituição / (Reversão)	Saldo Final 31/12/2018
Pessoas Físicas	156.407	(121.827)	133.777	168.357
Consignado	115.017	(45.234)	60.756	130.539
Outros empréstimos	41.390	(76.593)	73.021	37.818
Pessoas Jurídicas	129.764	(45.556)	79.420	163.628
Capital de Giro	13.842	-	15.425	29.267
Financiamento à exportação / importação	64.119	-	4.679	68.798
Outros empréstimos	51.803	(45.556)	59.316	65.563
SubTotal	286.171	(167.383)	213.197	331.985
Títulos e valores mobiliários	5.622	-	1.111	6.733
Total	291.793	(167.383)	214.308	338.718

d) Cessão de crédito para securitizadoras de crédito (empresas não ligadas)

No exercício findo em 31 de dezembro de 2018 foram cedidas às empresas securitizadoras de crédito não ligadas, empréstimos e recebíveis de capital de giro e outros ativos, classificados como “operações com transferência substancial dos riscos e benefícios”, as quais estavam provisionadas, resultando no valor de R\$ 25.972 (R\$ 7.526 em 2017).

Adicionalmente, foram cedidas às empresas securitizadoras de crédito não ligadas, empréstimos e recebíveis já baixados para prejuízo, resultando no valor de R\$ 73.984 (R\$ 230.507 em 2017). As cessões foram realizadas considerando avaliações internas quanto às perspectivas de recuperação dos créditos, que servem para balizamento do modelo de preço da cessão, e análises de empresa especializada a respeito dos devedores e condição dos créditos, utilizadas como fonte de informações para as referidas avaliações das perspectivas de recuperação de créditos (**nota explicativa nº 29**).

e) Composição da redução ao valor recuperável

As variações nas provisões para as perdas por não-recuperação nos saldos da rubrica “Empréstimos e financiamentos - empréstimos e adiantamentos a clientes” em 2017 são as seguintes:

	<u>2017</u>
Operações avaliadas individualmente com evento de perda	203.264
Perda por redução ao valor recuperável	<u>(104.563)</u>
	<u>98.701</u>
Operações avaliadas individualmente sem evento de perda	3.173.754
Perda por redução ao valor recuperável	<u>-</u>
	<u>3.173.754</u>
Operações avaliadas coletivamente com evento de perda	175.257
Perda por redução ao valor recuperável	<u>(31.247)</u>
	<u>144.010</u>
Operações avaliadas coletivamente sem evento de perda	3.171.139
Perda por redução ao valor recuperável	<u>(46.198)</u>
	<u>3.124.941</u>
Total empréstimos e adiantamento a clientes	6.723.414
Total perda por redução ao valor recuperável	<u>(182.008)</u>
Saldo líquido empréstimos e adiantamento a clientes	<u>6.541.406</u>
	<u>2017</u>
Saldo inicial de provisão para perda por redução ao valor recuperável	507.584
Constituição/(reversão) de saldos contra perdas por redução ao valor recuperável	321.814
Baixa de saldos contra perdas por redução ao valor recuperável	<u>(647.390)</u>
Saldo final de perda por redução ao valor recuperável	<u>182.008</u>
Recuperação de créditos compensados	77.179
Créditos renegociados no período	430.207
Percentual da provisão de perdas por redução no valor recuperável sobre a carteira de empréstimos e adiantamentos a clientes	2,71%

8. Outros Empréstimos e Recebíveis

São considerados “Outros Empréstimos e Recebíveis” todos os saldos cujas contra partes não são clientes ou instituições financeiras. Em 31 de dezembro de 2018 a rubrica é basicamente composta por saldos pendentes de liquidação junto a bolsa de valores (nos prazos usuais de mercado) e créditos concedidos sem característica de concessão de crédito classificados como custo amortizado perfazendo juntos o montante de R\$ 27.431 (R\$ 54.464 em 2017).

9. *Ativos não financeiros*

Os ativos não financeiros são registrados no Balanço Patrimonial quando de sua efetiva apreensão ou intenção de venda. No caso do CCB Brasil estes ativos correspondem, principalmente, a imóveis disponíveis para venda recebidos em dação de pagamento, os quais são contabilizados inicialmente pelo menor valor entre o valor contábil e seu valor justo menos custos de venda.

A política do CCB Brasil consiste em ter o domínio do bem imóvel (mesmo que ainda não tenha a posse), quando for obtido o Auto de Adjudicação ou Carta de Arrematação ou Dação em Pagamento (domínio do bem), e para Veículos/Outros será com base na sentença definitiva (domínio do bem). No momento em que houver a posse do bem, será feita a baixa do contrato de crédito e a contabilização do bem em “Ativos não financeiros” pelo valor constante no laudo de avaliação elaborado por perito credenciado pelo Conglomerado CCB Brasil, limitado ao valor da dívida.

O laudo especificará os critérios de avaliação e os parâmetros de comparação utilizados para a determinação do valor. O valor da provisão de perdas, se aplicável, será constituído ou complementado sempre que o valor de mercado (avaliação), deduzido dos custos de venda, for inferior ao valor do custo contábil.

As reduções subsequentes ao valor contábil relacionadas a redução ao valor justo ou perda de posse ou domínio do bem, além dos ganhos e perdas decorrentes de alienação de ativos não financeiros são registrados na linha de “Ganhos (perdas) com ativos financeiros (líquidas)” na Demonstração de Resultado do exercício.

a) Composição

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Classificação:		
Ativos não financeiros	<u>247.138</u>	<u>280.426</u>
	247.138	280.426
Tipo:		
Imóveis	371.061	377.385
Máquinas e equipamentos	27.122	28.402
Veículos	11.271	16.779
Outros	743	742
Provisão por redução ao valor recuperável	<u>(163.059)</u>	<u>(142.882)</u>
	247.138	280.426

b) Movimentação

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Saldo inicial	280.426	267.842
Bens retomados	65.413	64.550
Bens transferidos de agências encerradas	-	18.440
Alienações	<u>(98.701)</u>	<u>(70.406)</u>
Saldo no final do exercício	247.138	280.426

10. Investimentos

A composição dos saldos dessa rubrica é a seguinte:

	2018	2017
Títulos patrimoniais	233	233
Ações e cotas	14	14
Outros ativos financeiros	9	9
Entidades com controle compartilhado – BrasilFactors	-	125
Total	256	381

O CCB Brasil, em 25 de abril de 2011, assumiu participação de 40% no capital da BRASILFactors S.A., uma joint venture, que tem como demais acionistas o FIMBank PLC (40%) e o International Finance Corporation – IFC (20%). No exercício findo em 31 de dezembro de 2015, o CCB Brasil e o FIMBANK alteraram o percentual de participação no capital da BRASILFactors S.A para 50% cada, o controle permaneceu compartilhado. A BRASILFactors não faz parte do Consolidado CCB Brasil, apresentada portanto como investimento.

As atividades principais da BRASILFactors são voltadas aos serviços de *factoring* e *forfaiting*, compreendendo a aquisição de recebíveis do mercado doméstico e internacional, tendo por mercado alvo as empresas pequenas e médias.

11. Ativo Tangível

Os ativos tangíveis do CCB Brasil dizem respeito ao imobilizado para uso próprio. O CCB Brasil não tem ativos tangíveis mantidos como propriedade de investimento nem arrendados sob a condição de arrendamentos operacionais.

Os detalhes, por categoria de ativo, dos ativos tangíveis nos balanços patrimoniais consolidados são os seguintes:

	<u>Custo</u>	<u>Depreciação acumulada</u>	<u>Impairment</u>	<u>Saldo líquido</u>
Terrenos e edificações	92.182	(49.548)	(27)	42.607
Sistemas de processamento de dados	11.146	(10.744)	(15)	387
Instalações, móveis e equipamentos de uso	20.666	(11.271)	(1.344)	8.051
Outros	2.450	(1.672)	(47)	731
Saldos em 31 de dezembro de 2017	126.444	(73.235)	(1.433)	51.776
Terrenos e edificações	85.629	(50.015)	-	35.614
Sistemas de processamento de dados	10.124	(9.786)	(15)	323
Instalações, móveis e equipamentos de uso	20.585	(12.761)	(1.458)	6.366
Outros	2.450	(1.967)	(47)	436
Saldos em 31 de dezembro de 2018	118.788	(74.529)	(1.520)	42.739

As variações na rubrica “Ativo tangível” nos balanços patrimoniais consolidados foram as seguintes:

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Custo:		
Saldos no início do exercício	126.444	235.991
Adições	6.391	11.361
Alienações	(14.047)	(120.908)
Saldos no final do exercício	118.788	126.444
Redução ao Valor Recuperável - Impairment	(1.520)	(1.433)
Depreciação acumulada:		
Saldos no início do exercício	(73.235)	(129.251)
Adições	(10.393)	(16.264)
Alienações	9.099	72.280
Total depreciação no final do exercício	(74.529)	(73.235)
Saldo líquido do Ativo Tangível	42.739	51.776

12. Ativo Intangível

A composição do saldo da rubrica “Ativo intangível” é a seguinte:

	<u>Vida útil estimada</u>	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Com vida útil definida:			
Gastos com aquisição e desenvolvimento logiciais	Diversos	21.371	19.167
Amortização acumulada	Até 5 anos	(17.380)	(14.275)
Sem Vida útil definida:			
Ágio CCB Brasil Financeira		105.190	105.190
		<u>109.181</u>	<u>110.082</u>

As variações na rubrica “Ativo intangível” foram as seguintes:

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Saldos iniciais	110.082	108.476
Adições / (Baixas) do custo	2.204	4.763
Amortizações	(3.217)	(3.157)
Baixa da amortização	112	-
Saldos no final do exercício	<u>109.181</u>	<u>110.082</u>

O CCB Brasil avaliou a existência de perdas por não recuperação para os grupos do Ativo Intangível. Não foram detectadas perdas no valor recuperável destes ativos na data base analisada.

O ágio registrado está sujeito ao teste de recuperabilidade, pelo menos uma vez por ano ou em menor período, no caso de alguma indicação de redução do valor recuperável do ativo e foi alocado a unidades geradoras de caixa (UGCs), identificadas de acordo com os segmentos operacionais (nota explicativa nº 35).

A base utilizada para o teste de recuperabilidade é o valor em uso, para este efeito, a Administração estima o fluxo de caixa que está sujeito a vários fatores, como: (i) projeções macro-econômicas de taxa de juros, inflação, e outras; (ii) comportamento e estimativas de crescimento do sistema financeiro nacional; (iii) aumento dos custos, retornos, sinergias e plano de investimentos; (iv) comportamento dos clientes; e (v) taxa de crescimento e ajustes aplicados aos fluxos em perpetuidade. A adoção dessas estimativas envolve a probabilidade de ocorrência de eventos futuros e a alteração de algum destes fatores poderia ter um resultado diferente.

Baseado nas premissas descritas acima não foi identificada perda do valor recuperável do ágio em 2018.

China Construction Bank (Brasil) Banco Múltiplo S/A

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras Consolidadas – 2018
(em milhares de reais, exceto quando indicado)

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
CCB Brasil S.A. Crédito, Financiamentos e Investimentos	<u>105.190</u>	<u>105.190</u>
Segmento operacional:		
Varejo	<u>105.190</u>	<u>105.190</u>
	<u>Varejo</u>	<u>Varejo</u>
Principais premissas:		
Base de avaliação	Valor em uso: fluxos de caixa	Valor em uso: fluxos de caixa
Período das projeções dos fluxos de caixa (1)	10 anos	10 anos
Taxa de crescimento na perpetuidade	6,5% a.a.	6,8% a.a.
Taxa de desconto	14,9%	15,9%

⁽¹⁾ As projeções de fluxo de caixa são baseadas no orçamento interno e planos de crescimento da Administração, considerando dados históricos, expectativas e condições de mercado tais como o crescimento da indústria, taxa de juros e índices de inflação. O período de 10 anos utilizado para a projeção dos fluxos de caixa reflete adequadamente os ciclo de longo prazo dos negócios da unidade, dado que a mesma efetua operações de crédito com prazos que podem chegar em até 60 meses.

13. Outros Ativos

A composição dos saldos da rubrica “Outros ativos” é a seguinte:

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Devedores diversos	19.531	38.935
Outros valores a receber (*)	28.552	39.459
Despesas antecipadas	27.926	27.690
Operações com ativos financeiros	5.218	2.663
Demais contas	1.784	5.262
	83.011	114.009

(*) Refere-se substancialmente a ativos com programas sociais habitacionais no montante de R\$ 19.508 (R\$ 11.220 em 2017).

14. Depósitos de Instituições Financeiras

A composição, por classificação, contraparte, tipo e moeda, dos saldos dessa rubrica é a seguinte:

	2018	2017
Classificação:		
Passivo financeiro ao custo amortizado	7.162.517	3.481.635
	7.162.517	3.481.635
Tipo:		
Obrigações por operações compromissadas	7.028.902	3.138.816
Depósitos interfinanceiros	133.615	342.819
	7.162.517	3.481.635
Moeda:		
Real	6.774.454	3.481.635
Dólar	388.063	-
	7.162.517	3.481.635

A **nota explicativa nº 34-b** contém detalhes dos períodos de vencimento residual do passivo financeiro ao custo amortizado, depósitos de instituições financeiras.

15. Depósitos de Clientes

A composição, por classificação, tipo e rubrica “Depósitos de clientes” é a seguinte:

	2018	2017
Classificação:		
Passivo financeiro ao custo amortizado	3.068.808	2.853.356
	<u>3.068.808</u>	<u>2.853.356</u>
Tipo:		
Depósitos a prazo	2.920.568	2.736.654
Depósitos à vista	84.316	86.470
Depósitos poupança	3.241	7.393
Outros Depósitos (*)	60.683	22.839
	<u>3.068.808</u>	<u>2.853.356</u>
Moeda:		
Real	3.037.624	2.847.695
Dólar Norte-americano	31.184	5.661
	<u>3.068.808</u>	<u>2.853.356</u>

(*) Refere-se substancialmente a conta de ordens de pagamento em moeda estrangeira no montante de R\$ 31.184 (R\$ 5.661 em 2017).

A **nota explicativa nº 34-b** contém detalhes dos períodos de vencimento residual do passivo financeiro ao custo amortizado, depósitos de clientes.

16. Obrigações por Títulos e Valores Mobiliários

A composição, por classificação, tipo e moeda, dos saldos da rubrica “Obrigações por títulos e valores mobiliários” é a seguinte:

	2018	2017
Classificação:		
Passivo financeiro ao custo amortizado	1.245.803	406.611
	1.245.803	406.611
Tipo:		
<i>Passivos financeiros ao custo amortizado</i>		
Obrigações por emissão de letras de crédito do agronegócio	604.022	154.108
Obrigações por emissão de letras financeiras	541.933	159.184
Obrigações por títulos e valores no exterior	55.066	55.066
Obrigações por emissão de letra de crédito imobiliário	44.782	37.942
Obrigações por aceites de títulos cambiais	-	311
	1.245.803	406.611
Moeda de emissão		
Real	1.190.737	351.234
Dólar norte-americano	55.066	55.377
Saldos no final do exercício	1.245.803	406.611

A **nota explicativa nº 34-b** contém detalhes dos períodos de vencimento residual do passivo financeiro ao custo amortizado, obrigações por títulos e valores mobiliários.

17. Instrumentos de capital

Os detalhes do saldo da rubrica “Instrumentos de capital” são os seguintes:

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Classificação:		
Outros passivos ao valor justo no resultado	-	988.046
Passivos financeiros ao custo amortizado	-	971.969
	-	1.960.015
 Outros passivos ao valor justo no resultado (*)	 1.046.949	 -
Passivos financeiros ao custo amortizado	1.154.621	-
	2.201.570	-
Tipo:		
Outros Passivos ao valor justo no resultado		
 Títulos e valores no exterior		
Eurobonds	-	988.046
	-	988.046
 Títulos e valores no exterior	 1.046.949	 -
Eurobonds (*)	1.046.949	-
 Passivos Financeiros ao custo amortizado		
CDB subordinado	883.385	740.409
Dívida perpétua	271.236	231.560
	1.154.621	971.969
 Moeda:		
Dólar norte-americano	1.318.185	1.219.606
Real	883.385	740.409
	2.201.570	1.960.015

(*) Inclui prêmio de risco de crédito no montante de R\$ 47.316.

A **nota explicativa nº 34-b** contém detalhes dos períodos de vencimento residual das dívidas subordinadas em cada fim de exercício.

18. Obrigações de Empréstimos no País

A composição dos saldos da rubrica “Obrigações de empréstimos no país” é a seguinte:

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Classificação:		
Passivo financeiro ao custo amortizado	<u>133.770</u>	<u>41.700</u>
	133.770	41.700
Sendo:		
Obrigações por repasses – Ministério da Agricultura	129.579	35.561
Outros fundos e programas	3.222	5.245
Obrigações por repasses – Ministério das Cidades	<u>969</u>	<u>894</u>
	133.770	41.700
Moeda:		
Real	<u>133.770</u>	<u>41.700</u>
	133.770	41.700

A **nota explicativa nº 34-b** contém detalhes dos períodos de vencimento residual do passivo financeiro ao custo amortizado, obrigações de empréstimos no país.

19. Obrigações de Empréstimos no Exterior

A composição dos saldos da rubrica “Obrigações de empréstimos no exterior” é a seguinte:

	2018	2017
Classificação:		
Passivo financeiro ao custo amortizado	-	3.159.981
Outros passivos ao valor justo através do resultado	-	76.611
Passivo financeiro objeto de hedge (nota 20)	-	2.801.698
	-	6.038.290
Passivo financeiro ao custo amortizado	4.817.459	-
Outros passivos ao valor justo através do resultado (*)	66.009	-
Passivo financeiro objeto de hedge (nota 20)	1.767.532	-
	6.651.000	-
Sendo:		
Passivo Financeiro ao custo amortizado:		
Financiamento à Importação / exportação	-	3.159.981
	-	3.159.981
Passivo Financeiro ao custo amortizado:		
Financiamento à Importação / exportação	4.817.459	-
	4.817.459	-
Outros passivos ao valor justo através do resultado:		
Obrigação por repasse no exterior	-	76.611
	-	76.611
Outros passivos ao valor justo através do resultado:		
Obrigação por repasse no exterior *	66.009	-
	66.009	-
Passivos financeiros objeto de hedge:		
Empréstimos no exterior	-	2.800.497
Ajuste a valor de mercado	-	1.201
	-	2.801.698
Passivos financeiros objeto de hedge:		
Empréstimos no exterior	1.765.976	-
Ajuste a valor de mercado	1.556	-
	1.767.532	-
Moeda:		
Dólar norte-americano	6.651.000	6.038.290

(*) Inclui prêmio de risco de crédito no montante de R\$ 4.058

A **nota explicativa nº 34-b** contém detalhes dos períodos de vencimento residual do passivo financeiro ao custo amortizado, obrigações de empréstimos no exterior.

20. Hedge accounting

a) Captação no exterior

A partir do exercício de 2015 com o objetivo de buscar proteção para exposição à variação ao cupom cambial de captações em moeda estrangeira o CCB Brasil contrata operações de instrumentos financeiros derivativos (USDxCDI), com valores, prazos e taxas similares, e classifica a estrutura como hedge accounting de valor justo.

b) Operação de Crédito Pessoas Físicas

O CCB Brasil detem portfólios de empréstimos consignados de funcionários públicos e aposentados, e operações de financiamento de veículos. Os créditos são concedidos a taxas pré-fixadas, expondo a Instituição ao risco de mercado decorrente das oscilações da taxa referencial dos depósitos interbancários (CDI), indexador no qual o custo de *funding* e o gerenciamento de risco da Instituição são controlados. Desta forma, para cobertura do risco da taxa pré-fixada às oscilações do CDI, a partir de janeiro de 2017, a tesouraria do Banco adquire contratos futuros de DI em uma relação de quantidades x vencimentos que compensem o efeito de ajuste a valor de mercado do objeto de hedge, sendo os efeitos desta estrutura de hedge de valor justo registrados exclusivamente nas demonstrações financeiras consolidadas.

2018		Objeto de Hedge				Instrumento de Hedge	
	Valor Curva		Valor Justo		Valor da	Valor	Variação no Vr Reconhecido em Resultado
	Ativos	Passivos	Ativos	Passivos	Inefitividade	Nominal	
Risco de Taxa de Juros							
Hedge de Operações de Credito	1.822.671		1.919.155		6.704	2.034.038	89.781
Hedge de Captações CCB		1.765.976		1.767.532	753	1.773.402	803
Total	1.822.671	1.765.976	1.919.155	1.767.532	7.457	3.807.440	90.584

2017		Objeto de Hedge				Instrumento de Hedge	
	Valor Curva		Valor Justo		Valor da	Valor	Variação no Vr Reconhecido em Resultado
	Ativos	Passivos	Ativos	Passivos	Inefitividade	Nominal	
Risco de Taxa de Juros							
Hedge de Operações de Credito	2.313.826		2.405.064		4.340	2.989.035	86.898
Hedge de Captações CCB		2.800.497		2.801.698	(3.706)	2.736.442	4.907
Total	2.313.826	2.800.497	2.405.064	2.801.698	634	5.725.477	91.805

21. Provisões

O CCB Brasil e suas controladas são parte em ações judiciais e processos administrativos decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões de natureza cível, trabalhista, fiscal e previdenciária.

a) Ativos contingentes

Não são reconhecidos contabilmente ativos contingentes

b) Provisões classificadas como perda provável e obrigações legais

A Administração, com base em informações de seus consultores jurídicos, em análises das demandas judiciais pendentes e, quanto às ações trabalhistas, com base no histórico de perdas, constituiu provisão para passivos classificados como perda provável em montante considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas com as ações em curso, sendo os mais relevantes:

b.1) CSLL x Isonomia – valor envolvido R\$ - (R\$ 149.299 em 2017): pleiteia suspender a exigência da CSLL, do período base de 2008 e seguintes, em relação à majoração da alíquota de 9%, aplicada às demais pessoas jurídicas, para 15%, aplicada às instituições financeiras, tendo em vista o desrespeito ao princípio constitucional da isonomia. Em virtude de decisão transitada em julgado desfavorável ao contribuinte, os valores depositados foram convertidos em renda da União, dando origem aos ajustes contábeis relativos as baixas da provisão passiva contingente e dos valores registrados no ativo depósitos em garantia.

b.2) COFINS x Lei nº 9.718/98 – valor envolvido R\$ 539.751 (Dezembro/17 – R\$ 521.134): pleiteia o pagamento da contribuição, a partir de novembro de 2005 até dezembro de 2014, com base no cálculo estipulado pela Lei Complementar nº 7/70, tendo em vista a inconstitucionalidade da ampliação da base de cálculo prevista na Lei nº 9.718/98. Parte do valor envolvido foi depositado em juízo R\$ 30.136 (Dezembro/17 – R\$ 28.812).

b.3) PIS x Lei nº 9.718/98 – valor envolvido R\$ 85.731 (Dezembro/17 – R\$ 82.782): pleiteia o pagamento da contribuição, a partir de novembro de 2005 até dezembro de 2014, com base no cálculo estipulado pela Lei Complementar nº 7/70, tendo em vista a inconstitucionalidade da ampliação da base de cálculo prevista na Lei nº 9.718/98. Parte do valor envolvido foi depositado em juízo R\$ 94.781 (Dezembro/17 – R\$ 90.225).

b.4) PIS - Emenda Constitucional nº 10/96 – valor envolvido R\$ 18.275 (Dezembro/17 – R\$ 17.583): pleiteia afastar a exigência da contribuição para o PIS de forma retroativa e durante o período de 90 dias compreendido entre 07/03/96 e 07/06/96, em observância aos princípios da “irretroatividade” e da “anterioridade nonagesimal”, bem como assegurar o direito de calcular e recolher a partir de 07/06/96 a contribuição ao PIS sobre a receita bruta operacional, entendida como aquela decorrente exclusivamente da prestação de serviços e

venda de bens, tal como definida no art. 44º da Lei nº 4.506/64, no art.12º do Decreto-Lei nº 1.587/77 e no art. 226º do Decreto nº 1.041/94. O valor envolvido foi depositado em juízo.

b.5) ISS – Serviços Tributados – Taxatividade da Lista de Serviços Anexa à LC Nº 56/87 –valor envolvido R\$ 1.272 (Dezembro/17 – R\$ 1.199): pleiteia a desconstituição de lançamento de débito de ISS incidente sobre supostas receitas de prestação de serviços tributáveis, não previstas expressamente na lista de serviços anexa à LC nº 56/87, ao fundamento da lista ser exemplificativa, em desacordo com jurisprudência pacífica do Superior Tribunal de Justiça, ante o seu caráter taxativo. O valor envolvido foi depositado em juízo.

Processos trabalhistas

Há 212 (Dezembro/17 – 180) processos trabalhistas avaliados como sendo de risco provável, os quais foram integralmente provisionados, totalizando R\$ 58.884 no Consolidado (Dezembro/17 – R\$ 45.608). Existem 157 (Dezembro/17 – 193) processos, cujas verbas indenizatórias reclamadas totalizam R\$ 8.374 (Dezembro/17 – R\$ 11.185), que estão classificadas como risco possível, e para esses casos, nenhuma provisão foi constituída. Segundo estimativa dos consultores jurídicos, o valor máximo de indenização desses processos em caso de perda é da ordem de R\$ 8.319 (Dezembro/17 – R\$ 10.087). As contingências têm relação com processos em que se discutem pretensos trabalhistas, relativos à legislação trabalhista específica da categoria profissional tais como horas extras, equiparação salarial, adicional de transferência e outros.

Processos cíveis

Há 2.975 (Dezembro/17 – 3.066) processos cíveis avaliados como sendo de risco provável, os quais foram integralmente provisionados e totalizam R\$ 168.119 (Dezembro/17 – R\$ 71.006). Existem 422 (Dezembro/17 – 478) processos, cujos valores reclamados totalizam R\$ 478.434 (Dezembro/17 – R\$ 515.664), os quais estão classificados como risco possível, e assim sendo, nenhuma provisão foi constituída. Segundo estimativa dos consultores jurídicos, o valor possível de indenização desses processos é de R\$ 306.414 (Dezembro/17 – R\$ 286.990). As contingências são em geral decorrentes de revisão de contrato e de indenização por danos materiais e morais, sendo em sua maior parte do Juizado Especial Cível.

c) Passivos contingentes classificados como perda possível

Processos fiscais e previdenciários

Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis são monitorados pela instituição e estão baseados em pareceres dos consultores jurídicos em relação a cada uma das medidas judiciais e processos administrativos. Desta forma, seguindo as normas vigentes, não estão reconhecidas contabilmente as possíveis perdas, sendo compostas basicamente pelas seguintes questões:

ISS – Serviços Tributados – Taxatividade da Lista de Serviços Anexa à LC Nº 56/87 – valor envolvido R\$ 21.707 (R\$ 20.468 em 2017): pleiteia a desconstituição de lançamento de débito de ISS incidente sobre supostas receitas de prestação de serviços tributáveis, não previstas expressamente na lista de serviços anexa à LC nº 56/87, ao fundamento da lista ser exemplificativa, em desacordo com jurisprudência pacífica do Superior Tribunal de Justiça, ante o seu caráter taxativo. O valor envolvido foi depositado em juízo.

PDD / 1994 – valor envolvido R\$ 25.525 (R\$ 24.639 em 2017): pleiteia deduzir, no cálculo do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido, relativo ao ano-base de 1994, da despesa relativa à constituição da provisão para créditos de liquidação duvidosa, nos termos em que é determinada pelo CMN e BACEN, tal como prevista na Resolução nº 1.748/90 e modificações posteriores, afastando-se, por inconstitucional e ilegal o disposto no art. 43, parágrafo 4º, da lei nº 8.981/95. O valor envolvido foi depositado em juízo.

INSS – Participação nos Lucros dos Administradores – valor envolvido R\$ 118.835 (R\$ 102.953 em 2017): pleiteia a desconstituição de lançamento de suposto débito de INSS, relativo aos períodos-base de 2006 a 2011, lançados através de Auto de Infração, primeiro pelo fato de já ter operado a decadência em relação aos débitos relativos aos fatos geradores ocorridos até 10 de outubro de 2006, segundo porque não incide INSS sobre participação nos lucros, nos termos do art. 7º, XI, da Constituição Federal e art. 28, parágrafo 9º, da lei nº 8.212/91.

IRPJ/CSLL – valor envolvido R\$ 88.567 (R\$ 82.588 em 2017): pleiteia a desconstituição de débito de IRPJ/CSLL, relativo ao período base de 2012, lançado por auto de infração, decorrente de glosa da dedutibilidade de perdas com créditos, por suposto descumprimento dos procedimentos previstos na Lei nº 9.430/96.

d) Movimentação das provisões classificadas como perda provável e obrigações legais:

CCB BRASIL CONSOLIDADO						
Descrição	2017	Adição	Reversão	Atualização	Baixa	2018
Cíveis	71.006	9.990	(14.418)	33.524	(25.428)	74.674
Trabalhistas	45.608	11.678	(6.426)	9.778	(1.754)	58.884
Fiança	104.905	-	-	-	-	104.905
Subtotal	221.519	21.668	(20.844)	43.302	(27.182)	238.463
Fiscais e previdenciárias						
CSLL Isonomia de Alíquotas – 2008 em diante	149.299	-	-	5.385	(154.684)	-
PIS – Receita Bruta Operacional – EC 10/96 e EC 17/97	17.583	-	-	692	-	18.275
PIS – Alargamento da Base de Cálculo – Lei nº 9.718/98	82.782	-	-	2.949	-	85.731
COFINS – Alargamento da Base de Cálculo – Lei nº 9.718/98	521.134	-	-	18.617	-	539.751
ISS - Serviços Não tributados - LC nº 56/87	1.199	-	-	73	-	1.272
Subtotal	771.997	-	-	27.716	(154.684)	645.029
Total	993.516	21.668	(20.844)	71.018	(181.866)	883.492

(*) Durante o segundo semestre de 2018, o Banco reclassificou o montante de R\$ 93.445 de Provisão para garantias prestadas para Provisão para contingências cíveis, em função de discussão judicial que a classifica como perda provável (nota explicativa nº 29).

Para as contingências acima descritas o CCB Brasil depositou em garantia (nota explicativa nº 10 – Outros Créditos - Diversos), no Consolidado, o montante de R\$ 117.859 – processos Cíveis, R\$ 25.025 – processos Trabalhistas e R\$ 291.064 – processos Fiscais, e no Múltiplo o montante de R\$ 117.668 – processos Cíveis, R\$ 20.574 – processos Trabalhistas e R\$ 288.020 – processos Fiscais.

CCB BRASIL CONSOLIDADO						
Descrição	2016	Adição	Reversão	Atualização	Baixa	2017
Cíveis	70.578	5.554	(5.637)	24.679	(24.168)	71.006
Trabalhistas	40.921	6.165	(2.053)	6.958	(6.383)	45.608
Fiança	66.535	38.370	-	-	-	104.905
Subtotal	178.034	50.089	(7.690)	31.637	(30.551)	221.519
Fiscais e previdenciárias						
CSLL Isonomia de Alíquotas – 2008 em diante	140.643	-	-	8.656	-	149.299
PIS – Receita Bruta Operacional – EC 10/96 e EC 17/97	12.511	-	-	5.072	-	17.583
PIS – Alargamento da Base de Cálculo – Lei nº 9.718/98	77.949	-	-	4.833	-	82.782
COFINS – Alargamento da Base de Cálculo – Lei nº 9.718/98	495.820	141	(4.180)	29.353	-	521.134
ISS - Serviços Não tributados - LC nº 56/87	1.679	-	(574)	94	-	1.199
ISS – Operações de Leasing fora da Sede	246	-	(248)	2	-	0
Subtotal	728.848	141	(5.002)	48.010	-	771.997
Total	906.882	50.230	(12.692)	79.647	(30.551)	993.516

Para as contingências acima descritas o CCB Brasil depositou em garantia (nota explicativa nº 10 – Outros Créditos - Diversos), no Consolidado, o montante de R\$ 112.802 – processos Cíveis, R\$ 22.840 – processos Trabalhistas e R\$ 346.018 – processos Fiscais.

22. Impostos de Renda Correntes e Diferidos

a) Demonstração do cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social

O total dos encargos do exercício pode ser conciliado com o lucro contábil como segue:

	2018		2017	
	IR	CS	IR	CS
Resultado antes da tributação sobre o lucro	(100.855)	(100.855)	(467.704)	(467.704)
(-) Juros sobre capital própria	(15.343)	(15.343)	-	-
(-) Participações nos lucros	15.343	15.343		
Base de cálculo	(100.855)	(100.855)	(467.704)	(467.704)
Adições temporárias	838.269	826.737	1.304.494	1.295.553
Adições permanentes	270.835	270.835	478.723	478.723
Exclusões	(1.057.880)	(1.044.705)	(2.011.068)	(1.998.390)
Prejuízo Fiscal e Base de Cálculo do IR e CSLL	(49.631)	(47.988)	(695.555)	(691.818)
(+) Resultado fiscal negativo das empresas consolidadas	57.773	57.872	779.295	779.295
(-) Compensação de Prejuízo Fiscal / Base de Cálculo Negativa CSLL	(2.208)	(2.208)	(15.437)	(15.437)
Lucro Real e base de cálculo da CSLL	6.033	7.676	68.303	72.040
Encargos às alíquotas de 15% para IR e CS	905	1.523	10.245	14.334
Adicional de 10% de IR	530	-	6.728	-
Impostos correntes	1.435	1.523	16.973	14.334
Conciliação do Resultado				
Impostos correntes	1.435	1.523	16.973	14.334
Imposto de Renda e CSLL Diferido	80.499	46.561	71.575	43.877
Provisão de IR e CS – Ajuste de exercícios anteriores	(2.510)	(2.008)		
(=) Provisão de IR e CS	79.424	46.076	88.548	58.211
Constituição de créditos tributários (s/ Adições temporárias)	(210.173)	(113.761)	(315.402)	(239.572)
Constituição de créditos tributários (s/ Prejuízo Fiscal e BC Negativa CSLL)	-	-	(65.833)	(47.103)
Realização do crédito tributário (Reversão de adições temporárias)	107.104	68.694	317.562	254.991
Realização do crédito tributário (s/ compensação prejuízo Fiscal e BC Negativa CSLL)	14.626	11.593	3.859	2.623
Baixa de Crédito Tributário de Prejuízo Fiscal e BC Negativa CSLL	63.679	43.001	179.150	137.929
(=) Efeito líquido do crédito tributário	(24.764)	9.527	119.336	108.868
Total	54.660	55.603	207.884	167.079
(Receita) / Despesa do Imposto de renda e contribuição social		110.263		374.963

b) Cálculo efetivo das alíquotas de imposto

As alíquotas efetivas de imposto são:

	2018	2017
Resultado antes da tributação	(100.855)	(467.704)
Imposto de renda corrente (nota 22a)	110.263	374.963
Alíquota efetiva	109,33%	80,17%

A alíquota efetiva se diferencia da alíquota vigente aplicada para a apuração do imposto de renda, conforme as adições e exclusões apresentados a seguir:

	2018	Alíquota
Resultado antes do imposto de renda	(100.855)	
Imposto de renda às alíquotas vigentes	(40.342)	40%
Adições e exclusões no cálculo do imposto:		
Resultado de investimentos no exterior	116.160	
Ágio em aquisição de investimento	10.519	
Adições e exclusões permanente	(10.976)	
Dif. Alíquota CSLL 15% x 20%	40.383	
Outras adições permanentes indedutíveis	(5.481)	
Imposto de renda do exercício	110.263	109%

	2017	Alíquota
Resultado antes do imposto de renda	(467.704)	
Imposto de renda às alíquotas vigentes	(187.081)	40%
Adições e exclusões no cálculo do imposto:		
Baixa de crédito tributário - sem expectativa de realização	317.079	
Crédito tributário não contabilizado - sem expectativa de realização	204.993	
Resultado de investimentos no exterior	23.658	
Ágio em aquisição de investimento	8.474	
Adições e exclusões permanente	(24.298)	
Dif. Alíquota CSLL 15% x 20%	38.563	
Outras adições permanentes indedutíveis	(6.425)	
Imposto de renda do exercício	374.963	80,17%

c) Impostos Diferidos

Os saldos da rubrica "Impostos diferidos" Ativo / (Passivo) é composto por:

	2018	2017
Crédito Tributário	949.658	984.797
Passivos Diferidos		
IR e CS sobre ajuste positivo do MTM	(75.595)	(73.111)
IR sobre Superveniência de depreciação	(4.793)	(4.383)
	(80.388)	(77.494)
Total de Impostos Diferidos	869.270	907.303

As movimentações dos saldos dos itens "Ativos fiscais diferidos" e "Passivos fiscais diferidos" são:

Em milhares de Reais	Saldo Inicial em 31/12/2017	Impacto da adoção IFRS 9	Realização	Adições	Ajustes CSLL 15% - 20%	Baixas	Saldo Final em 31/12/2018
Ativos Fiscais Diferidos	984.797	43.915	(297.640)	347.815	(22.549)	(106.680)	949.658
Perdas com redução no valor recuperável de ativos financeiros	72.803	43.915	(100.480)	123.822	(4.879)	-	135.181
Provisões	358.605	-	(124.944)	159.749	(17.670)	-	375.740
Prejuízo Fiscal	295.315	-	(14.626)	-	-	(63.679)	217.010
Base Negativa CSLL	187.590	-	(11.593)	-	-	(43.001)	132.996
Diferenças Temporárias	70.484	-	(45.997)	64.244	-	-	88.731
Passivos Fiscais Diferidos	(77.494)	-	4.095	(6.989)	-	-	(80.388)
Atualização monetária depósitos judiciais	(20.536)	-	-	(4.891)	-	-	(25.427)
Hedge Accounting	(36.495)	-	-	(2.098)	-	-	(38.593)
Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes	(1.789)	-	309	-	-	-	(1.480)
Diferenças Temporárias	(18.674)	-	3.786	-	-	-	(14.888)
Total	907.303	43.915	(293.545)	340.826	(22.549)	(106.680)	869.270

d) Créditos Presumidos

Diante do elevado estoque de diferenças temporárias decorrentes de perdas de crédito ocorridas a partir de 2014, o Banco optou por apurar Crédito Presumido no montante de R\$ 380.662, segundo critérios estabelecidos pela Lei 12.838/2013 e Circular nº 3.624/2013 do BACEN, que requerem a apuração de prejuízo fiscal e créditos decorrentes de diferenças temporárias oriundos de provisões para crédito de liquidação duvidosa, apurados e existentes no ano-calendário anterior.

Ainda conforme a Lei 12.838/2013 a Receita Federal poderá verificar a exatidão dos créditos presumidos apurados pelo prazo de 5 (cinco) anos, contado da data do pedido de ressarcimento, que poderá ser em espécie ou em títulos da dívida pública mobiliária federal, podendo haver dedução de valores de natureza tributária ou não tributária devidos à Fazenda Nacional.

Durante o exercício de 2018 o Banco recuperou R\$ 63.299 (R\$ 118.402 em 2017), decorrentes de operações de crédito integrantes da base de cálculo do crédito presumido, cujos tributos diferidos, no montante de R\$ 25.320 (R\$ 47.361 em 2017), foram registrados como redutor do crédito presumido originalmente contabilizado, dado que estes valores serão tributados por ocasião do ressarcimento do crédito pela Fazenda Nacional.

A Administração entende que, dado ao cenário macroeconômico e a expectativa de geração e resultados tributáveis futuros pela Instituição, a opção pelo Crédito Presumido representa a melhor alternativa para reduzir o tempo de realização das diferenças temporárias oriundos de provisões para créditos de liquidação duvidosa.

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Crédito Presumido Constituído		
Ano 2014	78.983	78.983
Ano 2015	107.450	107.450
Ano 2016	194.229	194.229
Ano 2017	(47.361)	(47.361)
Ano 2018	<u>(25.320)</u>	<u>-</u>
Total Crédito Presumido	307.981	333.301

e) Créditos tributários não ativados

A Administração, em decorrência do histórico de prejuízos fiscais auferidos nos últimos anos e incertezas relacionadas a projeções de longo prazo, optou por não registrar parcela dos créditos tributários em seu ativo segundo as práticas estabelecidas pelo IFRS, a partir de 31 de maio de 2017.

O Consolidado possui créditos tributários não ativados decorrentes de prejuízo fiscal de imposto de renda e base negativa de contribuição social no valor total de R\$ 617.583 (R\$ 522.072 em 2017) para os quais não há expectativa de realização.

23. Outras Obrigações

A seguir, a composição do saldo da rubrica “Outras obrigações”:

	2018	2017
Credores diversos – país (*)	26.068	45.746
Gratificações e participações a pagar	19.211	10.500
Despesas de pessoal	14.429	12.661
Comissão sobre fianças diferidas	11.808	22.586
Outras despesas administrativas	9.271	8.899
Operações a pagar com cartão de crédito	7.237	7.572
Operações com ativos financeiros e mercado a liquidar	5.210	4.649
Outros pagamentos	28.339	1.722
	121.573	114.335

(*) Composto substancialmente por obrigações a pagar sobre resgate de ações no montante de R\$ 11.225 (R\$ 25.160 em 2017) (nota explicativa nº 24).

24. Patrimônio Líquido

a) Capital

O capital social do Banco é de R\$ 2.956.864 (R\$ 2.956.864 em 2017) e está dividido em 465.631.466 ações nominativas (465.631.466 em 2017), sendo 297.223.908 ordinárias (297.223.908 em 2017) e 168.407.558 preferenciais (168.407.558 em 2017), sem valor nominal.

Em 26 de outubro de 2017 o Conselho de Administração propôs o aumento de capital mediante a emissão de 113.647.791 novas ações ao preço de R\$ 11,07 por ação, sendo 72.315.322 ordinárias e 41.332.469 preferenciais que perfaz um montante de R\$ 1.258.081, o qual foi aprovado nas Assembleias Gerais Extraordinárias de 26 de outubro e 27 de novembro de 2017, sendo R\$ 1.256.978 destinados a aumento de capital e R\$ 1.103 para constituição de reservas de capital, destinadas a suportar resgate de ações. Do total, foram subscritas e integralizadas, na data da Assembleia, a quantidade de 110.845.180, sendo 72.138.610 ações ordinárias e 38.706.570 ações preferencias no montante de R\$ 1.227.056. As sobras de ações no total de 2.802.611, sendo 176.712 ordinárias e 2.625.899 preferenciais, no montante de R\$ 31.025, foram subscritas e integralizadas em 27 de novembro de 2017 pelo acionista controlador, após verificação do não exercício do direito de preferência pelos demais acionistas. Em 12 de dezembro de 2017, o aumento foi homologado pelo BACEN.

Em 22 de dezembro de 2017 o Conselho de Administração propôs e a Assembleia Geral Extraordinária dos Acionistas aprovou em 22 de dezembro de 2017, o resgate de ações nos termos do artigo 4º, § 5º, da Lei das Sociedades por Ações, e da Instrução CVM 361, envolvendo a totalidade das 550.940 ações ordinárias e 1.788.320 ações preferenciais remanescentes em circulação após o leilão da OPA ocorrido em 1º de outubro de 2016. O valor a ser pago será de R\$ 7,30 por ação ajustado pela variação da SELIC desde 29 de agosto de 2014 e totalizará o montante de R\$ 25.160 e será liquidado, a partir de 04 de janeiro de 2018, à conta de reservas de capital, sem necessidade da redução de capital social.

	Movimentação das Ações (milhares)		
	Ordinárias	Preferenciais	Total Ações
Saldo em 1º de janeiro de 2017	225.459	128.864	354.323
Emissão de ações para aumento de capital	72.315	41.332	113.647
Resgate de ações	(551)	(1.788)	(2.339)
Saldo final em 31 de dezembro de 2017	297.223	168.408	465.631
Saldo inicial em 1º de janeiro de 2018	297.223	168.408	465.631
Emissão de ações para aumento de capital	-	-	-
Resgate de ações	-	-	-
Saldo final em 31 de dezembro de 2018	297.223	168.408	465.631

O quadro de acionistas do CCB Brasil passou a ser o seguinte:

Acionista	Participação (%)	Ações ordinárias		Ações preferenciais		Total	
		Quantidade	Valor	Quantidade	Valor	Quantidade	Valor
CCB Holding	100%	297.223.908	1.794.511	168.407.558	1.162.353	465.631.466	2.956.864

b) Ações em tesouraria

Até 31 de dezembro de 2018 foram adquiridas 6.879.540 ações preferenciais no montante R\$ 58.593.

O custo mínimo, médio e máximo por ação foi de R\$ 6,96, R\$ 8,52 e R\$ 9,70. Não há valor de mercado para estas ações.

Desta forma, a quantidade de ações em tesouraria em 31 de dezembro de 2018 corresponde a 6.398.518 ações no montante de R\$ 55.105 (R\$ 55.105 em 2017).

c) Dividendos e Juros sobre capital próprio

Conforme estatuto é assegurado um dividendo mínimo correspondente a 25% do lucro líquido do exercício, nos termos da legislação societária aplicável.

d) Reservas

A apuração de prejuízo líquido fundamentou a não constituição de reservas de lucros.

25. Garantias Prestadas

O CCB Brasil oferece uma série de garantias para que seus clientes melhorem sua posição de crédito e estejam aptos a competir. O quadro a seguir apresenta todas as garantias em 31 de dezembro de 2018 e de 2017.

Máximo valor potencial de pagamentos futuros	2018	2017
Garantias prestadas		
Avais e fianças	1.558.654	1.456.414
Performance exportação	4.554.191	5.092.416
Carta de crédito	88.894	13.518
Cobrança de exportação	4.465.297	5.078.898
Total de garantias prestadas	6.112.845	6.548.830

A expectativa do Banco é de que essas garantias expirem sem a necessidade de adiantamento de dinheiro. Portanto, no curso normal dos negócios, o Banco espera que essas transações não tenham virtualmente nenhum impacto em sua liquidez. Em 31 de dezembro de 2018 foram detectadas garantias fornecidas pelo CCB Brasil cujo exercício é considerado como “provável” no montante de R\$ 71.482 (R\$ 69.026 em 2017), para as quais o Banco constituiu provisão no valor de R\$ 93.445 (R\$ 93.445 em 2017) que leva em consideração as garantias obtidas nestas operações (nota explicativa nº 21d).

26. Receitas e Despesas com Juros e Similares e diferenças cambiais líquidas

i. Receitas e despesas de juros e similares

Juros e similares na demonstração do resultado consolidada compõem-se de juros acumulados no ano sobre todos os ativos financeiros com retorno implícito ou explícito, calculados aplicando-se o método dos juros efetivos, independentemente da medição do valor justo, e das retificações de resultado como consequência da contabilização do *hedge*. Os juros são reconhecidos pelo valor bruto, sem a dedução de impostos retidos na fonte.

Despesas com juros e similares na demonstração do resultado consolidada compõem-se de juros acumulados no ano sobre todos os passivos financeiros com retorno implícito ou explícito, inclusive remuneração em espécie, calculados aplicando-se o método dos juros efetivos, independentemente da medição do valor justo.

	2018	2017
Receitas de juros e similares	1.875.645	1.468.191
Empréstimos e adiantamentos a instituições financeiras	63.761	81.254
Empréstimos e adiantamentos a clientes	1.065.717	676.163
Ativos financeiros ao custo amortizado	286.353	66.752
Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	459.814	644.022
Despesas de juros e similares	(820.791)	(982.621)
Depósitos de instituições financeiras		
- Depósitos interfinanceiros	(20.129)	(21.160)
- Captação no mercado aberto	(276.939)	(443.160)
Depósitos de clientes		
- Poupança	(262)	(565)
- A prazo	(207.666)	(251.997)
Obrigações por Títulos e Valores Mobiliários	(49.359)	(55.515)
Obrigações de empréstimos no país	(53.765)	(31.001)
Obrigações de empréstimos no exterior	(212.671)	(179.223)
Receita Líquida com Juros	1.054.854	485.570

ii. Variações cambiais líquidas

As diferenças cambiais mostram basicamente as diferenças que surgem nas conversões de itens monetários em moeda estrangeira para moeda funcional e não consideram o hedge cambial contratado pelo Banco através de instrumentos financeiros derivativos, cujos impactos estão apresentados em “Ganhos (Perdas) com ativos e passivos financeiros (líquidos)”

	2018	2017
Variações cambiais líquidas	(298.739)	29.159
Operações de Crédito	569.147	682
Títulos cambiais líquidas	(9.471)	(12.533)
Operações de câmbio	164.448	74.912
Emp, cessões e repasses	(1.022.863)	(33.902)

27. *Ganhos com Ativos e Passivos Financeiros (Líquidos)*

Os ganhos com ativos e passivos financeiros são compostos pelos valores dos ajustes de avaliação dos instrumentos financeiros, exceto aqueles atribuídos aos juros acumulados como resultado da aplicação do método dos juros efetivos, às provisões e pelos ganhos resultantes da venda ou compra dos instrumentos financeiros.

a) Composição

A composição do saldo dessa rubrica, por tipo de instrumento, está demonstrada a seguir:

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Ganhos (perdas) com:		
Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado	(3.067)	33.990
Outros ativos ao valor justo através do resultado	(2.600)	89.503
Outros passivos ao valor justo através do resultado	(51.783)	(106.213)
Outros passivos objeto de hedge	(9.140)	2.869
Derivativos	(248.201)	(388.645)
Total	<u>(314.791)</u>	<u>(368.496)</u>

28. Receitas de Tarifas e Comissões

A rubrica “Receita de tarifas e comissões” é composta pelos valores de todos os honorários e comissões acumulados em favor do Banco no ano, exceto aqueles que fazem parte da taxa de juros efetiva sobre instrumentos financeiros.

A composição do saldo dessa rubrica está demonstrada a seguir:

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Rendas de garantias prestadas	41.847	43.210
Outras rendas de tarifas bancárias - PJ	4.963	8.618
Rendas de outros serviços	1.164	15.785
Rendas de tarifas bancárias - PF	37	66
	<u>48.011</u>	<u>67.679</u>

29. Outras Receitas (Despesas) operacionais

Entre essa rubrica da demonstração do resultado consolidada estão:

	2018	2017
Outras receitas operacionais		
Garantias e fianças prestadas	94.113	28.707
Cessão de crédito baixado para prejuízo	73.984	230.507
Recuperação de encargos e despesas	22.920	42.294
Atualização de depósitos em garantia	18.931	18.627
Renda de aquisição de recebíveis	7.833	4.508
Rendas de venda financiada de bens não de uso	5.269	9.613
Outras receitas operacionais	3.233	16.352
Total outras receitas operacionais	226.283	350.607
Outras despesas operacionais		
Provisões cíveis	(99.176)	(35.423)
Programa de remuneração aos funcionários	(48.962)	(24.391)
Despesas tributárias	(27.716)	(32.283)
Despesas rescisórias (*)	(21.381)	(61.308)
Provisões trabalhistas	(13.476)	(4.573)
Comissões sobre cobrança	(4.894)	(41.747)
Fianças prestadas	(4.328)	(55.619)
Despesas com cartão de crédito	(1.401)	(1.115)
Despesas com tarifas e comissões	(633)	(7)
Outras despesas operacionais	(16.916)	(19.606)
Total outras despesas operacionais	(238.883)	(276.072)
Saldo Líquido Outras Receitas (Despesas) Operacionais	(12.600)	74.535

(*) Em 2017, refere-se a despesas de rescisão contratual devido a reestruturação operacional planejada pelo Controlador e contempla gastos com Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, Seguridade Social, Rescisão Contratual e Indenizações.

30. Despesas com Pessoal

A composição da rubrica “Outras despesas de pessoal” está demonstrada a seguir:

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Salários	(90.784)	(117.684)
Encargos Sociais	(29.826)	(37.260)
Benefícios	(20.572)	(24.655)
Honorários de diretoria	(16.831)	(16.010)
Outros	<u>(1.869)</u>	<u>(2.339)</u>
	(159.882)	(197.948)

31. Outras Despesas Administrativas

A composição do saldo deste item é a seguinte:

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Serviços de terceiros	(42.174)	(41.691)
Imóveis, instalações e materiais	(20.247)	(27.546)
Tecnologia e sistemas	(16.808)	(16.939)
Despesas Processos Judiciais	(9.226)	(9.007)
Despesas do Sistema Financeiro	(8.964)	(13.454)
Ajudas de custo e despesas de viagem	(2.051)	(2.631)
Comunicações	(1.598)	(1.880)
Prêmios de seguros	(1.537)	(1.270)
Publicidade	(1.362)	(3.601)
Sistema de transporte	(748)	(1.522)
Outras despesas administrativas	(10.473)	(9.334)
	<u>(115.188)</u>	<u>(128.875)</u>

32. Despesas Tributárias

Referem-se substancialmente às contribuições federais para PIS e COFINS que atingiram montante de R\$ 23.913 (R\$ 34.451 em 2017).

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Despesas de contribuição à COFINS	(13.404)	(18.420)
Despesas tributárias	(5.883)	(9.618)
Despesas de impostos s/ serviços de qualquer natureza	(2.445)	(3.402)
Despesas de contribuição ao PIS/PASEP	<u>(2.181)</u>	<u>(3.011)</u>
Total	(23.913)	(34.451)

33. Ganhos (perdas) com outros ativos (líquidas)

Refere-se basicamente a resultados obtidos na venda de bens próprios e provisionamentos para ajuste ao valor de realização de bens ou outros ativos não operacionais.

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Resultado na alienação de bens	(4.786)	8.217
Rendas de aluguéis	600	1.291
Constituição de provisão para realização de bens destinados à venda	(45.228)	(61.490)
Outros	<u>76</u>	<u>63</u>
	(49.338)	(51.919)

34. Outras Divulgações

a) Títulos e valores mobiliários de terceiros sob custódia

Em 31 de dezembro de 2018 e de 2017, o Banco não detinha sob custódia títulos de dívida e valores mobiliários de terceiros.

b) Vencimento residual

Apresentamos a seguir a composição dos instrumentos financeiros, dos saldos de caixa e equivalente de caixa, bem como do correspondente gap de liquidez dos referidos ativos e passivos, de acordo com as faixas de vencimento.

	31 de dezembro de 2018							
	A vista	Até 3 meses	3 a 12 meses	1 a 3 anos	3 a 5 anos	Após 5 anos	Vencidos	Total
Ativo:								
Disponibilidades e reservas no Banco Central do Brasil	46.943	-	-	-	-	-	-	46.943
Instrumentos Financeiros	-	11.175	57.650	374.083	2.594	-	-	445.502
Títulos e valores mobiliários	-	145.539	15.190	4.375.781	3.005.859	1.665.848	-	9.208.217
Empréstimos e adiantamentos a instituições financeiras	-	2.830.360	-	434.857	-	-	-	3.265.217
Empréstimos e adiantamentos a clientes	166.945	419.692	1.829.368	5.891.403	452.972	18.568	61.585	8.840.533
Outros empréstimos e recebíveis	-	11.214	4.353	11.860	4	.	.	27.431
Outros Ativos Financeiros	-	25.058	1	240	-	-	-	25.299
Total	213.888	3.443.038	1.906.562	11.088.224	3.461.429	1.684.416	61.585	21.859.142
Passivo:								
Instrumentos Financeiros	-	4.943	9.786	7.234	-	-	-	21.963
Depósitos de instituições financeiras	-	6.601.813	339.159	221.545	-	-	-	7.162.517
Depósitos de clientes	87.556	1.522.711	1.172.932	285.609	-	-	-	3.068.808
Obrigações por títulos e valores mobiliários	-	143.651	600.958	501.194	-	-	-	1.245.803
Instrumentos de capital	-	7.052	505.870	1.688.648	-	-	-	2.201.570
Obrigações de empréstimos no país	-	77.771	51.116	4.883	-	-	-	133.770
Obrigações de empréstimos no exterior	-	2.148.848	4.373.593	128.559	-	-	-	6.651.000
Total	87.556	10.506.789	7.053.414	2.837.672	-	-	-	20.485.431
GAP de Liquidez	126.332	(7.063.751)	(5.146.852)	8.250.552	3.461.429	1.684.416	61.585	1.373.711

A informação acima foi elaborada com base nos vencimentos nominais dos ativos e passivos financeiros do CCB Brasil, contudo, o Conglomerado possui títulos e valores mobiliários classificados na categoria Ativos Financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes no montante de R\$ 7.482.470, cujo vencimento é superior a um ano, que representam investimentos de elevada liquidez em títulos públicos emitidos pelo Tesouro Nacional. Adicionalmente, parte dos passivos financeiros, são empréstimos efetuados junto à matriz na China no valor total de R\$ 4.824.144, com vencimento inferior a um ano, que vem sendo sistematicamente renovados.

31 de dezembro de 2017

	A vista	Até 3 meses	3 a 12 meses	1 a 3 anos	3 a 5 anos	Após 5 anos	Vencidos	Total
Ativo:								
Disponibilidades e reservas no Banco Central do Brasil	114.702	-	-	-	-	-	-	114.702
Instrumentos Financeiros	25	48.581	211.030	37.803	-	-	-	297.439
Títulos e valores mobiliários	-	22.836	55.834	3.400.175	3.630.637	1.231.642	-	8.341.124
Empréstimos e adiantamentos a instituições financeiras	-	248.469	1.031	-	481.732	-	-	731.232
Empréstimos e adiantamentos a clientes	157.191	520.442	1.333.475	3.620.084	973.889	48.186	70.147	6.723.414
Outros empréstimos e recebíveis	-	22.011	4.895	27.558	-	-	-	54.464
Outros Ativos Financeiros	-	8.331	11.242	-	-	-	-	19.573
Total	271.918	870.670	1.617.507	7.085.620	5.086.258	1.279.828	70.147	16.281.948
Passivo:								
Instrumentos Financeiros	-	2.777	2.375	-	-	-	-	5.152
Depósitos de instituições financeiras	-	3.267.886	183.777	2.731	27.241	-	-	3.481.635
Depósitos de clientes	94.263	300.568	1.833.238	625.287	-	-	-	2.853.356
Obrigações por títulos e valores mobiliários	-	77.590	121.744	206.674	603	-	-	406.611
Instrumentos de capital	-	-	-	1.391.635	568.380	-	-	1.960.015
Obrigações de empréstimos no país	-	13.847	27.853	-	-	-	-	41.700
Obrigações de empréstimos no exterior	-	1.731.995	3.964.210	210.888	83.671	30.934	16.592	6.038.290
Total	94.263	5.394.663	6.133.197	2.437.215	679.895	30.934	16.592	14.786.759
GAP de Liquidez	177.655	(4.523.993)	(4.515.690)	4.648.405	4.406.363	1.248.894	53.555	1.495.489

A informação acima foi elaborada com base nos vencimentos nominais dos ativos e passivos financeiros do CCB Brasil, contudo, o Conglomerado possui títulos e valores mobiliários classificados na categoria Ativos Financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes no montante de R\$ 7.030.812, cujo vencimento é superior a um ano, que representam investimentos de elevada liquidez em títulos públicos emitidos pelo Tesouro Nacional. Adicionalmente, parte dos passivos financeiros, são empréstimos efetuados junto à matriz na China no valor total de R\$ 3.321.449, com vencimento inferior a um ano, que vem sendo sistematicamente renovados.

c) Caixa e equivalentes de caixa para o fluxo de caixa

	2018	2017
Disponibilidades	40.427	93.107
Aplicações Mercado Aberto (Operações Compromissadas)	2.654.995	53.008
Aplicações Moedas Estrangeiras	170.871	190.936
	2.866.293	337.051

d) Compromissos assumidos por garantias recebidas e captações junto a Organismos Internacionais

O CCB Brasil é devedor por empréstimos obtidos junto à Proparco (Société de Promotion et de Participation pour la Coopération Économique) para repasses a empresas brasileiras, cujo contrato exige manutenção de índices financeiros mínimos (financial covenants), além da exigência de obrigações de responsabilidade socioambientais.

Os índices financeiros são calculados com base nas informações contábeis, elaboradas de acordo com a legislação brasileira e as normas do BACEN. São também monitorados e aferidos pelos credores mencionados.

	Requerido
Capitalização (Basileia)	≥ 11%
Soma dos 20 maiores riscos sobre PR	≤ 300%
Concentração de risco por segmento de mercado	≤ 25%
Créditos D-H + Dações - Provisões sobre "PR"	≤ 25%
Despesas Operacionais sobre Resultado Operacional	≤ 85%
Gap de liquidez de 90 dias em R\$	> 0

e) Seguros

O Banco adota a política de proteção a riscos, segundo a relevância dos montantes envolvidos e a Administração considera suficientes os valores globais dos seguros contratados.

35. Segmentos Operacionais

De acordo com as normas contábeis internacionais, um segmento operacional é um componente de uma entidade:

- (a) Que opera em atividades das quais poderá obter receitas e incorrer em despesas (incluindo receitas e despesas relacionadas a operações com outros componentes da mesma entidade).
- (b) cujos resultados operacionais sejam regularmente revisados pelo principal responsável da entidade pelas decisões operacionais relacionadas à alocação de recursos ao segmento e à avaliação de seu desempenho.
- (c) Para as quais informações financeiras individualizadas estejam disponíveis.

O Banco identificou, com base nessas diretrizes, os seguintes segmentos de negócio como sendo os seus segmentos operacionais:

- Atacado
- Varejo

O Banco mantém como principal foco de sua estratégia atuação no segmento de Atacado. Referido segmento inclui basicamente a concessão de empréstimos e recebíveis com garantia de recebíveis, sendo o Capital de Giro o produto mais rentável do segmento. Uma parcela significativa da carteira de atacado é representada por empréstimos de curto prazo que proporcionam ao Banco maior liquidez e um controle mais efetivo do risco. Adicionalmente, o Banco participa ativamente no mercado de câmbio cujas captações são realizadas junto a bancos internacionais.

O segmento Varejo inclui empréstimos e recebíveis do tipo consignado para empregados do setor público e financiamento de veículos para pessoa física.

As demonstrações de resultado e outros dados significativos estão relacionados a seguir.

	Atacado	Varejo	2018	Atacado	Varejo	2017
Receitas com juros e similares	1.411.307	464.338	1.875.645	851.780	616.411	1.468.191
Despesas com juros e similares	(479.713)	(341.079)	(820.792)	(513.523)	(469.098)	(982.621)
Resultado líquido com juros e similares	931.594	123.259	1.054.853	338.257	147.313	485.570
Ganhos (perdas) com ativos e passivos financeiros (líquidos)	(314.790)	-	(314.791)	(368.496)	-	(368.496)
Diferenças cambiais (líquidas)	(298.740)	-	(298.739)	29.159	-	29.159
RECEITA LÍQUIDA COM JUROS	318.064	123.259	441.323	(1.080)	147.313	146.233
Resultado de equivalência patrimonial	(1.339)	(11)	(1.350)	(2.595)	869	(1.726)
Receita de tarifas e comissões	47.839	172	48.011	58.557	9.122	67.679
Outras receitas (despesas) operacionais	(31.417)	18.817	(12.600)	64.830	9.705	74.535
TOTAL DE RECEITAS	333.147	142.237	475.384	119.712	167.009	286.721
Despesas com pessoal	(143.239)	(16.643)	(159.882)	(177.057)	(20.891)	(197.948)
Outras despesas administrativas	(85.524)	(29.664)	(115.188)	(98.095)	(30.780)	(128.875)
Despesas tributárias	(13.917)	(9.996)	(23.913)	(20.780)	(13.671)	(34.451)
Depreciação e amortização	(12.881)	(729)	(13.610)	(18.612)	(806)	(19.418)
Perdas com redução no valor recuperável de ativos financeiros	(48.326)	(165.982)	(214.308)	(219.546)	(102.268)	(321.814)
Ganhos (perdas) com outros ativos (líquidas)	(50.072)	734	(49.338)	(50.851)	(1.068)	(51.919)
PREJUÍZO ANTES DA TRIBUTAÇÃO	(20.812)	(80.043)	(100.855)	(465.229)	(2.475)	(467.704)
Impostos sobre a renda e contribuição social correntes e diferidos	(132.554)	22.291	(110.263)	(378.282)	3.319	(374.963)
PREJUÍZO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	(153.366)	(57.752)	(211.118)	(843.511)	844	(842.667)
Total em Ativos	21.131.141	2.098.822	23.229.963	16.091.475	2.619.668	17.908.652
Principal linha de ativo:						
Empréstimos e adiantamentos a clientes	6.810.914	2.029.619	8.840.533	4.230.635	2.492.779	6.723.414
Total em Passivos	19.464.705	2.040.676	21.505.381	13.376.810	2.526.097	15.902.907
Principal linha de passivo:						
Depósitos de instituições financeiras	5.149.248	2.013.269	7.162.517	368.255	2.485.101	2.853.356

O Banco possui agência na Ilhas Cayman cujo total de ativos é de R\$ 6.093.261 (R\$ 4.255.120 em 2017) e o patrimônio líquido no montante de R\$ 438.154 (R\$ 283.101 em 2017).

36. Transações com Partes Relacionadas

As partes relacionadas do CCB Brasil devem incluir, partes com controle conjunto sobre a entidade, empreendimentos em conjunto em que a entidade é um investidor e planos de benefícios pós-emprego para o benefício dos empregados de uma entidade ou de qualquer entidade que seja uma parte relacionada dessa entidade.

O CCB Brasil e suas empresas controladas diretas mantêm transações entre si, as quais foram eliminadas no consolidado.

Os saldos de operações do Banco com controladas, direta, indireta, empresas ligadas e pessoal chave da Administração podem ser observados conforme abaixo:

	Ativos / (passivos)		Receitas / (despesas)	
	2018	2017	2018	2017
Disponibilidades em moedas estrangeiras	9.388	77.664	-	-
China Construction Bank Corporation (d)	9.388	77.664	-	-
Cotas de Fundo de Investimentos – FIDC	44.709	22.836	1.700	2.738
BRASILFactors (a)	44.709	22.836	1.700	2.738
Depósitos à vista	(603)	(696)	-	-
BRASILFactors (a)	(2)	(1)	-	-
CCB Brazil Holding Ltda. (e)	(36)	(27)	-	-
Pessoal-chave da Administração e Controladores (c)	(565)	(668)	-	-
Depósitos a prazo	(174.625)	(162.925)	(10.834)	(9.909)
BRASILFactors (a)	(116)	(590)	(18)	(230)
FDIC BRASILFactors (b)	(3.684)	(4.411)	(619)	(1.861)
CCB Brazil Financial Holding Ltda. (e)	(168.463)	(157.686)	(10.153)	(7.774)
Pessoal-chave da Administração e Controladores (c)	(2.362)	(238)	(44)	(44)
LCA	(6.597)	(2.793)	(397)	(113)
Pessoal-chave da Administração e Controladores (c)	(6.597)	(2.793)	(397)	(113)
LCI	(697)	(122)	(17)	(58)
Pessoal-chave da Administração e Controladores (c)	(697)	(122)	(17)	(58)
NDF	(689)	(267)	1.861	999
BRASILFactors (a)	(689)	(267)	1.861	999
Obrigações por Empréstimos	(5.779.755)	(6.111.130)	(1.176.811)	(665.045)
China Construction Bank Corporation (d)	(5.779.755)	(6.111.130)	(1.176.811)	(665.045)

- (a) Coligadas diretas;
- (b) Coligadas indiretas;
- (c) Controladores e Pessoal Chave da Administração;
- (d) Controladora indireta sediada no exterior;
- (e) Controladora direta.

Vencimentos e taxas das operações com partes relacionadas:

Os depósitos a prazo são remunerados pela taxa média de 101% do CDI (101% do CDI em 2017), diretamente relacionadas ao montante aplicado, com vencimento final em até 02 anos (em até 03 anos em 2017). As obrigações por empréstimos foram realizadas às taxas médias de 3,05% a.a. (3,01% em 2017) e variação cambial com vencimento final em até 01 ano (em até 01 ano em 2017).

Remuneração da Administração

Em assembleia geral anual dos acionistas é estabelecida a remuneração máxima destinada aos Administradores membros do Conselho de Administração, da Diretoria Executiva e do Comitê de Auditoria, bem como é definido o teto máximo para a participação dos Administradores no lucro do exercício, quando for o caso, respeitadas as limitações compostas pela Resolução CMN nº 3.921/10.

Durante os exercícios de 2018 e 2017, o Conselho de Administração não aprovou pagamentos de participações dos administradores no lucro, face apuração prejuízo líquido.

i) Benefícios de curto prazo

Remuneração do Conselho de Administração, Diretoria Executiva e Comitê de Auditoria do CCB Brasil:

	2018	2017
Remuneração fixa	16.831	16.010
Outros	1.059	1.568
Total	17.890	17.578

Empréstimos e recebíveis

Conforme as normas vigentes, as instituições financeiras não podem conceder empréstimos ou adiantamentos a:

i) Quaisquer pessoas físicas ou jurídicas que controlem a instituição ou qualquer entidade sob controle comum com a instituição, ou qualquer diretor, conselheiro, membro do conselho fiscal ou membros da família imediata de tais pessoas físicas.

ii) Qualquer entidade controlada pela instituição.

Qualquer entidade da qual o Banco detenha, direta ou indiretamente, 10% ou mais do capital social.

Dessa forma, não são efetuados empréstimo ou adiantamento a quaisquer controladas, diretores executivos, membros do Conselho de Administração ou seus familiares.

37. Gestão de Riscos

O gerenciamento de riscos do Banco permite que os riscos inerentes sejam devidamente identificados, mensurados, mitigados e controlados, visando suportar o desenvolvimento sustentado das atividades e o contínuo aperfeiçoamento da gestão de riscos.

O Banco centralizou o gerenciamento dos riscos Socioambientais, Mercado, Crédito, Liquidez, Operacional e Gestão de Capital com o objetivo de potencializar a eficiência de seus controles. Isso resulta em uma visão global das exposições a que o Banco está sujeito pela própria natureza de suas atividades, o que permite aperfeiçoar e tornar mais ágeis as decisões estratégicas, assegurar o cumprimento das políticas estabelecidas para a área e aperfeiçoar a identificação dos riscos que possam afetar essa estratégia de negócios e o cumprimento de objetivos. Atende a Resolução 4.557/17 do CMN. O Relatório de Gestão de Riscos (não auditado) em atendimento a Circular nº 3.678/13 do BACEN que dispõe sobre a divulgação de informações referentes à gestão de riscos, encontra-se no site.

Em atendimento à Resolução 4.557/17 do CMN, O CRO foi apontado e aprovado pelo Banco Central, o Comitê de Riscos foi redefinido em acordo com a resolução e encontra-se publicado no site do banco a estrutura de gestão de riscos.

A Política de Gerenciamento de Riscos estabelece os princípios que norteiam a estratégia institucional no controle e gerenciamento dos riscos em todas as operações. Administrativamente, as ações são avaliadas nos diversos comitês que garantem a adequação do gerenciamento, considerando a complexidade dos produtos, a exposição ao risco e a relação risco-retorno que envolvem todas as decisões de negócios do Banco. A gestão de riscos está em linha com as diretrizes definidas pelo Banco Central e abrange todas as empresas controladas.

As políticas de gestão de riscos do CCB Brasil destinam-se a suportar a formulação do apetite ao risco, guiar os colaboradores e constituir procedimentos para monitorar, controlar, dimensionar e reportar os riscos à Diretoria Executiva. O envolvimento da Alta Administração com as questões de gestão de riscos ocorre por deliberações dos seus órgãos de administração, definidos, estatutariamente, como Conselho de Administração, Diretoria Executiva e os Comitês. A estrutura de governança garante uma gestão efetiva dos riscos. O gerenciamento de riscos do Banco é realizado por decisões colegiadas, apoiando-se em Comitês específicos. A Diretoria de Governança Corporativa compõem-se, dentre outros, de departamentos direcionados para a gestão do risco socioambiental, mercado, do risco de crédito, do risco operacional, de liquidez e gestão de capital. Essas áreas suportam os Comitês de Riscos, de Controles Internos, Operacional e Financeiro que analisam e definem estratégias e ações dentro de sua área de atuação.

Os comitês e os órgãos gestores de controles e de riscos dão suporte ao desenvolvimento e buscam a minimização de perdas ao adotar uma visão integrada centralizada. Têm como meta

a automação e a formação da base de dados para o gerenciamento e a modelagem de riscos, baseada em dados históricos de perdas e evolução dos controles.

Os controles mitigadores dos riscos possibilitam que os limites possam ser definidos previamente, considerando o perfil e os aspectos estratégicos e operacionais de cada unidade.

Em aderência à Resolução 4.557/17, banco redigiu e publicou sua declaração de apetite a riscos, em linha com seu planejamento estratégico, a capacidade do banco, as condições de competitividade, o ambiente regulatório e limitando os riscos e níveis de riscos que a instituição está disposta a assumir.

Os limites ao risco consideram de forma ampla os valores que o Banco se dispõe a admitir na realização dos seus objetivos, e está refletido na filosofia de gerenciamento de riscos corporativos, que por sua vez influenciam a cultura e o modo de atuação do Banco. Esta tolerância é influenciada por diversos fatores, incluindo a avaliação da consistência do risco com a estratégia corporativa.

Gestão de riscos

A Política de Gerenciamento de Risco do CCB Brasil define um conjunto de controles, processos, ferramentas, sistemas e relatórios padrões, necessários para o adequado controle e gerenciamento dos Riscos.

O Banco deverá submeter a designação do CRO – Chief Risk Officer como responsável pela Estrutura de Riscos perante o Banco Central ao Conselho de Administração.

Gestão do Risco de Mercado

O Departamento de Gerenciamento de Risco de Mercado é responsável pela manutenção e atualização anual da Política e estrutura da área. Atua de forma independente das áreas de negócios e é responsável pelo monitoramento e análise dos riscos de mercado advindos das atividades comerciais e tesouraria do Banco. Também é responsável por garantir que os níveis de exposição ao risco estejam de acordo com os limites adotados pelo Comitê Financeiro, assim como observar e recomendar níveis de capitalização adequados e compatíveis com tais riscos.

O Risco de Mercado pode ser caracterizado por alguns principais tipos de medidas: posições (stale positions), sensibilidades (PV01), testes de estresse, o “Value-at-risk” (incluindo testes de aderência e validações) e EVE- Economic Value of Equity.

Todas as métricas de risco são monitoradas continuamente de forma integrada com o objetivo de propiciar uma visão global do perfil de risco do CCB Brasil. O monitoramento e controle das posições do Banco, não se limita apenas ao cálculo do seu valor de mercado, mas reconhece uma sensibilidade adequada à real exposição aos diversos fatores de risco do Banco. A

complementação desta medida com as demais ferramentas de controle de risco torna melhor o monitoramento e análise das exposições.

Gestão do Risco de Crédito

O CCB Brasil possui uma área independente para o gerenciamento de risco de crédito, seguindo as melhores práticas de governança. Esta área atua de forma independente da estrutura de aprovação de crédito, calcula os ratings de clientes baseados em métricas que consideram o comportamento do cliente no mercado, além daquele que advém de suas operações no Banco. Difere, portanto os conceitos utilizados pela área de aprovação de crédito, cuja estrutura está alicerçada em criteriosos procedimentos de análise, desenvolvidos a partir da expertise adquirida ao longo da história do Banco.

O Banco aprimora constantemente as metodologias e ferramentas usadas para avaliar as variáveis sociais e ambientais em seu processo de concessão de crédito para mitigar eventuais riscos associados a capacidade de pagamento e default de investimentos. Por isso, tem previsto políticas e instrumentos que possibilitam a suspensão da operação, antecipação do vencimento de contratos e a aplicação de penalidades limitantes.

Em consonância com as práticas de referência do mercado, o Banco continua aperfeiçoando seus controles e modelos de análise do risco operacional em atendimento à Resolução CMN nº 4.557/17 e ao acordo da Basileia.

Exposição máxima ao risco de crédito:

Descrição	2018			2017		
	Brasil	Exterior	Total	Brasil	Exterior	Total
Disponibilidade de reservas no Banco Central do Brasil	7.317	39.626	46.943	24.349	90.353	114.702
Ativos derivativos	445.502	-	445.502	297.439	-	297.439
Ativos financeiros ao custo amortizado	59.899	1.665.848	1.725.747	-	1.254.478	1.254.478
Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	7.482.470	-	7.482.470	7.086.646	-	7.086.646
Empréstimos e adiantamentos a instituições financeiras	3.094.346	170.871	3.265.217	540.296	190.936	731.232
Empréstimos e adiantamentos a clientes	4.786.682	4.053.851	8.840.533	3.797.356	2.926.058	6.723.414
Outros ativos financeiros	377.803	-	377.803	74.037	-	74.037
Coobrigações e riscos em garantias prestadas						
Créditos abertos para exportação	88.894	-	88.894	13.518	-	13.518
Fianças	1.534.874	23.780	1.558.654	1.430.905	25.509	1.456.414
Total	17.877.787	5.953.976	23.831.763	13.264.802	4.487.334	17.752.136

Perda de crédito esperada

O Banco avalia em bases prospectivas a perda de crédito esperada associada aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, aos compromissos de empréstimos e aos contratos de garantia financeira. O reconhecimento da provisão para perda de crédito esperada é feito mensalmente em contrapartida à Demonstração Consolidada do Resultado.

No caso de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, o Banco reconhece a provisão para perdas na Demonstração do Resultado.

São necessários julgamentos significativos na aplicação dos requisitos contábeis para mensuração da perda de crédito esperada, tais como:

- Prazo para avaliação da perda de crédito esperada: o Banco considera o período contratual máximo sobre o qual estará exposto ao risco de crédito do instrumento financeiro. Entretanto, ativos que não tenham vencimento determinado têm a vida esperada estimada com base no período de exposição ao risco de crédito. Além disso, todos os termos contratuais são considerados ao determinar a vida esperada, incluindo opções de pré-pagamento e de rolagem.
- Informações prospectivas: a IFRS 9 requer uma estimativa ponderada e imparcial da perda de crédito que incorporem previsões de condições econômicas futuras. O Banco utiliza informações macroeconômicas prospectivas e informações públicas com projeções elaboradas internamente para determinar o impacto dessas estimativas na determinação da perda de crédito esperada.
- Cenários de perda ponderados pela probabilidade: o Banco utiliza cenários ponderados para determinar a perda de crédito esperada em um horizonte de observação adequada.
- Determinação de critérios para aumento ou redução significativa no risco de crédito: em cada período das Demonstrações Contábeis Consolidadas, o Banco avalia se o risco de crédito sobre um ativo financeiro aumentou significativamente utilizando triggers (indicadores) relativos e absolutos por produto e país.

São considerados ativos financeiros com baixo risco de crédito e, portanto, permanecem no estágio 1, os títulos públicos de governos nacionais e internacionais, conforme estudo efetuado pelo Banco.

Aumento significativo no risco de crédito: o Banco avalia diversos fatores para determinar um aumento significativo no risco de crédito, tais como: a contraparte, o tipo e as características do produto e a região em que foi contratado, considerando os seguintes critérios objetivos como fatores mínimos:

- Estágio 1 para estágio 2: atraso superior a 30 dias;

- Estágio 2 para estágio 3: atraso superior a 90 dias.

A abordagem dessa avaliação no CCB Brasil leva em conta critérios compatíveis com o IFRS 9 que também adota as medidas:

- da ocorrência de um aumento significativo do risco de crédito da operação no período compreendido entre a data do reconhecimento inicial e a data de apuração da perda esperada.
- a mudança no padrão de risco desde o reconhecimento inicial;
- o prazo de vencimento esperado do instrumento financeiro e;
- outras informações razoáveis e suportáveis cujos esforços para obtenção se justifique.

A classificação dos contratos no estágio 1 indicam que tais avaliações não identificam aumentos significativos de risco entre as datas de reconhecimento e reporte. a classificação no estágio 2 indica que foram encontrados elementos que iniciam aumento significativo de risco. No estágio 3 se classificam os ativos com evidências objetivas de perdas (default).

O Banco avalia se o risco de crédito aumentou significativamente de forma individual ou coletiva. Para fins de avaliação coletiva, os ativos financeiros são agrupados com base em características de risco de crédito compartilhado, levando em consideração o tipo de instrumento, as classificações de risco de crédito, a data de reconhecimento inicial, prazo remanescente, ramo, localização geográfica da contraparte dentre outros fatores relevantes.

Cenários Macroeconômicos: Essas informações envolvem riscos inerentes, incertezas de mercado e outros fatores que podem gerar resultados diferentes do esperado, incluindo mudanças as condições dos mercados e na política econômica, recessões ou flutuações nos indicadores diferentes do previsto.

Os conceitos da norma IFRS 9, considera um padrão de relatório financeiro que trata principalmente de classificação e redução ao valor recuperável de ativos financeiros, cuja premissa para o reconhecimento da perda esperada é baseada em princípios e não somente em regras com diferentes métodos de mensuração e dispensa a ocorrência de atrasos e perdas efetivas, antecipando-se a elas portanto.

Para esse fim leva em conta a avaliação de aumento significativo do risco de crédito do instrumento financeiro considerados três aspectos principais:

- i) indicador básico, ii) fatores quantitativos e iii) fatores qualitativos.

O Indicador básico consiste na verificação do tempo de atraso dos pagamentos contratuais. É considerado como aumento significativo de risco de crédito em um ativo financeiro se os pagamentos contratuais estiverem vencidos há mais de 30 dias, a menos que a Instituição possua informações razoáveis e suportáveis sem custos ou esforços indevidos que estes riscos não aumentaram de fato.

Para avaliar mudanças de risco o CCB Brasil utiliza as escalas de ratings para definir a qualidade da carteira pela composição dos melhores ratings (menor risco) e determinar as faixas de “grau de investimento” ou “grau de não investimento” como medida de partida para análises.

Na prática, os estágios obedecem a critérios seletivos que se sobrepõem tais como (i) decisão da Administração (ii) tempo de atraso; (iii) aumento significativo de risco; (iv) definições de créditos problemáticos e (v) e por último, indicadores de classificação (ratings).

A Probabilidade de Default (PD) indica a probabilidade de perda para determinado horizonte de tempo (nos próximos 12 meses)⁷, para exposições pertencentes ao stage 1, ou até o vencimento final do contrato para exposições classificadas no estágio 2 com vencimento superior a um ano e fornece uma estimativa probabilística de um cliente não cumprir suas obrigações. As probabilidades de default são associadas a escalas ou níveis de ratings que podem variar e, consequentemente, a comparação das PDs podem indicar aumentos significativos do risco de crédito das operações.

O CCB Brasil adotou a prática de cálculo da PD de 12 meses como indicador de risco de crédito, o que é uma prática consagrada no setor financeiro local e internacional. As agências de classificação internacionais e locais geralmente representam o risco de crédito de uma contraparte associando uma probabilidade de inadimplência para um horizonte fixo de avaliação, sendo comumente utilizado o horizonte de 12 meses para estimativas de ocorrências de perdas de crédito em empréstimos corporativos e de varejo.

A PD lifetime é probabilidade estimada de ocorrência do default para o período remanescente de vigência, ou vencimento da operação, caso seja superior (ou inferior) a um ano. A PD lifetime é utilizada para o cálculo da perda esperada de crédito das exposições classificadas no estágio 2 considerada após os ajustes forward looking abaixo descritos.

A LGD sigla em inglês para “perda dada a inadimplência” (Loss given default), indica qual será a perda efetiva do cliente. No Banco este é um dado estimado por modelagem estatística e considera a observação do comportamento histórico de recuperação de créditos baixados a prejuízo no período retroativo de cinco anos em quantidade de contratos por modalidade suficientemente significativa para consistência do estudo estatístico, tanto para carteira de Varejo como para a Carteira Corporate.

O EAD ou Exposure at Default pode ser definida como o valor bruto da exposição à inadimplência de um devedor, incluindo o principal e o reembolso de juros de acordo com o contrato, bem como a expectativa razoável do pagamento futuro da dívida subjacente, representado pelo fluxo de caixa da operação.

Cálculo de Impairment ou ECL (expected credit loss). No Banco, a perda esperada é afinal apurada a partir da equação: $ECL = EAD \times PD \times LGD$.

Análise de sensibilidade - ECL forward looking

Realizamos a inclusão da análise macroeconômica baseada em cenários por apresentar uma visão voltada para o futuro devido à sua variedade de cenários possíveis. O objetivo de estimar as perdas esperadas de crédito não significa estimar um cenário pior ou melhor, mas o cálculo

de que a perda de crédito ocorra dentro da realização do cenário mais provável. Compreender a perda de crédito, ao incorporar a probabilidade de que um cenário ocorra, utilizando a probabilidade ponderada, mesmo que esta última seja baixa, pode ajudar a informar a probabilidade de incorrer em perdas.

O aumento da complexidade da abordagem a ECL, bem como os horizontes de tempo mais longos sobre qual as perdas de crédito são modeladas, aumenta o esforço necessário para a estimativa de subsídios de perda de crédito e sua volatilidade potencial.

Cabe observar que as Perdas Esperadas de crédito de doze meses, usadas para fins de regulamentação são normalmente baseadas na probabilidade de default 'through the cycle' (ou seja, a probabilidade de incumprimento em condições econômicas de ciclo-neutro). Por sua vez, a PD usada para o IFRS 9 deve ser 'point in time' (ou seja, a probabilidade de incumprimento em condições econômicas atuais) e não contém ajustes. Isso pode ocasionar certa imprecisão quando medimos a perda passada e a projetamos para o futuro. No entanto, PDs regulamentares podem ser um bom ponto de partida, sabendo-se de antemão que as estimativas de PDs vão mudar quando uma entidade se move através do ciclo econômico. Nos modelos normativos, como a PD é calculada pelo ciclo, as estimativas são menos sensíveis às mudanças nas condições econômicas. Portanto, as PDs regulamentares refletem tendências de longo prazo no comportamento de PD. Como consequência, durante um ciclo econômico mais recessivo, as Probabilidades de Default sob o IFRS9 serão maiores do que as Probabilidades de Default regulatórias. Adicionalmente, quando se utiliza a PD 'through the cycle' as respostas ao longo do tempo podem não variar significativamente entre as datas de originação e de relato, pois a PD reflete a taxa de inadimplência média a longo prazo.

A análise baseada em cenário incorpora informações prospectivas usando vários cenários macroeconômicos. O quadro abaixo revela três cenários e a estimativa de perdas de crédito esperada. Ao avaliar o impacto das perdas de crédito do portfólio contra choques nos principais indicadores macroeconômicos (por exemplo, o desemprego e o PIB), cada cenário implica um caminho diferente para perdas de crédito. Estas perdas foram agregadas estimando-se a probabilidade de ocorrência de cada cenário. Os ajustes para cenários prospectivos (Ajustes Forward Looking) por variáveis macroeconômicas foram considerados para garantir que a estimativa da perda de crédito atenda aos requisitos prospectivos exigidos.

CCB Brasil - Consolidado**IFRS9 - Cálculo de perda Esperada - 31.12.2018**

Carteira	EAD	Otimista	Neutro	Pessimista
On balance	8.681.111.200	330.266.399	331.985.149	333.703.755

O ajuste prospectivo é efetuado com base em informações preditivas fornecidas por modelo desenvolvido, considerando dados macroeconômicos, processos de choques e delineamento de cenários em três níveis de confiança: i) viés negativo ou pessimista (25%), ii) neutro (50%) e iii) positivo ou otimista (25%) que afinal são inputs do sistema de apuração de ECL do CCB Brasil e caracterizam o cenário neutro. Por sua vez, o cenário pessimista considera que somente as variáveis macroeconômicas do cenário pessimista atuarão. O otimista, que somente as variáveis do cenário otimista estarão presentes.

São utilizadas variáveis macroeconômicas de ampla divulgação no mercado financeiro, que melhor se ajustam à variação e dinâmica dos índices de inadimplência. As projeções destes índices e sua probabilidade de ocorrência são extraídas do relatório Focus de Mercado do Banco Central do Brasil, bem como de economistas e consultorias especializadas contratados pela instituição.

Gestão do Risco de Liquidez

O gerenciamento do Risco de Liquidez da Instituição consiste em mensurar, avaliar e controlar a capacidade do banco em honrar seus compromissos financeiros por meio de estimativas e modelagens matemáticas sobre a sua própria base de operações. Tais modelos possuem características complementares e são descritos abaixo:

- I. Backward Looking: análise histórica de movimentações, recompras, renovações de operações pelos clientes para estimar o potencial de insuficiência de caixa para honrar os compromissos do banco.
- II. Forward Looking: análise da carteira projetada, considerando-se cenários de orçamento e expectativa de crescimento das carteiras.

Os resultados dos cálculos de liquidez efetuados para os próximos três anos, seguindo esses modelos, demonstram que a Instituição tem e terá recursos suficientes para fazer frente a suas obrigações e apresenta posição com ampla margem de segurança no curto e longo prazos.

O CCB Brasil possui departamento de gestão de risco de liquidez para identificação, monitoração e controle de eventos que possam impactar a liquidez do banco tanto no curto quanto no longo prazo.

A gestão do risco de liquidez prevê:

- I. Elaboração de fluxo de caixa para avaliação e monitoração da liquidez no curto e longo prazo;
- II. Modelos estatísticos para estimar saídas imprevistas no fluxo de caixa como antecipação de resgate de CDB, pagamentos de ajustes de derivativos e depósitos adicionais de garantia na B3.
- III. Testes de estresse para monitorar a saúde financeira em cenários adversos de liquidez.

Eventos que indiquem capacidade de liquidez inadequada às obrigações futuras da instituição são reportados ao Comitê de Tesouraria semestralmente para tomada de ações corretivas e preventivas.

Análise de sensibilidade

A análise de sensibilidade demonstra o impacto que a mudança de um determinado fator de risco gera sobre a carteira da instituição. As análises de sensibilidade são uma métrica particularmente importante para o gerenciamento do risco de mercado da instituição visto que

pequenas mudanças nos fatores de risco podem gerar perdas / ganhos significativos quando consideradas todas as carteiras.

A Instituição conduziu análise de sensibilidade utilizando cenário de 10% de valorizações ou desvalorizações cambiais, taxas de juros e ações (Cenário I), 25% (Cenário II) e 50% (Cenário III). É necessária a divulgação de quadro demonstrativo de análise de sensibilidade, para cada tipo de risco de mercado relevante, originado por instrumentos financeiros, que expõem a Instituição na data de encerramento de cada período. Para sua elaboração identificou-se os tipos de risco que poderiam gerar prejuízos materiais, incluídas as operações com instrumentos financeiros derivativos em um cenário mais provável, além de 2 (dois) cenários que pudessem gerar resultados adversos para a Instituição. Na definição dos cenários, a situação considerada provável pela administração foi referenciada por fonte externa independente: B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão e uma situação, com deterioração ou valorização de 25% e 50% na variável de risco considerada.

Apresentamos no quadro de análise de sensibilidade o conjunto de operações envolvendo instrumentos financeiros registrados em contas patrimoniais, que o CCB Brasil possui com o intuito de administrar sua exposição a riscos de mercado e que visa protegê-lo, especialmente em períodos de quebra dos padrões históricos. Essa avaliação é sistematicamente realizada pela área de gestão de riscos e avaliada pelo Comitê de Tesouraria, que se reúne e define um conjunto de cenários em ambiente de crise. Entende-se por cenário, neste contexto, uma determinada combinação de preços e taxas de juros. A elaboração do quadro seguiu o seguinte procedimento:

- (i) Calculou-se, em cada um dos cenários, os valores da carteira de negociação (Trading Book) e das operações estruturais provenientes das diversas linhas de negócio da instituição e seus respectivos hedges (Banking Book);
- (ii) Para cada um dos fatores de risco, escolheu-se a direção que trouxesse a maior perda e, sobre ele, aplicado aumento ou redução definidos;
- (iii) Por fim, obtiveram-se os resultados das perdas, correspondentes ao cenário hipotético correspondente.

Os cenários a seguir, não necessariamente refletem a gestão de riscos de mercado da Instituição e tampouco estão associados às práticas contábeis. Os modelos de estresse podem representar situações extremas e distantes do cotidiano.

Abaixo o resumo das premissas para cada um dos cenários.

Escolheu-se para cada fator de risco de cada carteira o sentido (acréscimo ou decréscimo) que maximiza a perda. Foram mantidos deslocamentos paralelos das curvas, ou seja, um deslocamento de + 1.000 basis points significa que em toda a curva futura houve um acréscimo de 10% às taxas vigentes.

Para cada cenário, é mensurada a perda esperada da carteira em relação à posição marcada a mercado.

Abaixo, a descrição dos cenários

Cenário 1: Situação de menor oscilação. Premissas utilizadas: choque paralelo de 10,0% nas variáveis de risco, com base nas condições de mercado observadas em 31.12.2018, sendo consideradas as piores perdas resultantes por fator de risco, não incorporando a dinâmica de relacionamento entre as variáveis macroeconômicas.

Cenário 2: Situação eventual. Premissas utilizadas: choque paralelo de 25,0% nas variáveis de risco, com base nas condições de mercado observadas em 31.12.2018, sendo consideradas as piores perdas resultantes por fator de risco, não incorporando a dinâmica de relacionamento entre as variáveis macroeconômicas.

Cenário 3: Situação eventual. Premissas utilizadas: choque paralelo de 50,0% nas variáveis de risco, com base nas condições de mercado observadas em 31.12.2018, sendo consideradas as piores perdas resultantes por fator de risco, não incorporando a dinâmica de relacionamento entre as variáveis macroeconômicas.

Os cenários adotados são para Dezembro de 2018 adotados apenas para a Carteira banking (uma vez que o CCB Global é signatário da Lei Paul Volcker e não opera em carteira Trading na subsidiária CCB Brasil) encontram-se na tabela a seguir, que também reflete deterioração das expectativas macroeconômicas no sentido que maximiza a perda para cada fator de risco desta carteira. Para isso, as taxas de juros (pré) sobem fortemente (10%; 25%; e, 50%), há um substancial deslocamento paralelo das curvas de cupom cambial, o câmbio sofre acréscimo, a bolsa brasileira cai, e a inflação tem amplitude consideravelmente elevada, o que tem reflexo nos indicadores e contratos indexados.

Carteira Banking – premissas para fatores de risco			
	Cenário 1	Cenário 2	Cenário 3
Curva de Juros (Pré)	deslocamento paralelo de +1.000 basis points	deslocamento paralelo de +2.500 basis points	deslocamento paralelo de +5.000 basis points
Curva de Cupom Cambial	deslocamento paralelo de +1.000 basis points	deslocamento paralelo de +2.500 basis points	deslocamento paralelo de +5.000 basis points
Dólar à Vista	aumento de 10%	aumento de 25%	aumento de 50%
B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão	queda de 10%	queda de 25%	queda de 50%
Inflação	alta de 10%	alta de 25%	alta de 50%

Os resultados das perdas calculadas nos cenários expostos sintetizam as perdas advindas de oscilações de mercado por fator de risco, gerados pelos sistemas do CCB Brasil e calculados para a carteira Banking. Essas perdas estão no quadro a seguir:

Carteira Banking – resultados para os fatores de risco em 31/12/2018			
Fatores de risco	Cenário 1	Cenário 2	Cenário 3
Dólar e Cupom de Dólar	(68.781.401)	(181.418.995)	(385.627.966)
Taxa Prefixada em Reais	(33.339.750)	(80.586.760)	(152.772.183)
Ações e Índices	-	-	-
Inflação	(298)	(742)	(1.473)
Perda Total	(102.121.449)	(262.006.496)	(538.351.622)

Os fatores de riscos apresentados são os seguintes:

- Cupom de US\$ - Inclui todos os produtos que possuem variações de preço atreladas a variações do dólar norte americano e da taxa de juros em dólares.
- Taxa pré-fixada em real – Inclui todos os produtos que possuem variações de preço atreladas a variações da taxa de juros denominada em Real.
- Ações e Índices – Compreende as ações e os índices de bolsas, ações e opções atrelados a índices de ações.
- Inflação – Refere-se a todos os produtos que possuem variações de preço atreladas a variações de cupons de inflação e índices de inflação.

Para efeito dos cálculos, foram adotadas as premissas de intervalo de confiança de 99%, para o cálculo do VaR e horizonte de tempo de 10 dias para saída da posição.

O Quadro de Análise de Sensibilidade tem limitações e o impacto econômico em uma eventual oscilação de taxa de juros poderá não representar necessariamente um lucro ou prejuízo contábil material para instituição. A combinação específica de preços que determina cada cenário é uma decisão arbitrária, embora possível. Os sinais das correlações históricas entre os ativos não foram necessariamente respeitados, e tampouco os cenários escolhidos foram observados no passado.

A contabilização dos instrumentos da carteira “Banking”, em sua grande maioria, é efetuada pela curva contratada, que diferem dos instrumentos financeiros derivativos da carteira “Trading” que sofrem oscilações no respectivo registro contábil em razão da marcação a mercado.

Os resultados apresentados no quadro referente a carteira banking podem, à primeira vista, dar a impressão de alta sensibilidade à volatilidade. Para uma melhor análise de resultados obtidos nessa carteira, o quadro gerencial abaixo - que inclui derivativos, ativos e outros - aponta os descasamentos das operações da Instituição. Nele se verifica que há um descasamento substancial das posições pré-fixadas, que dariam um impacto negativo nos resultados, caso houvesse aumento das taxas de juros. Todavia, o quadro de sensibilidade apresentado não considera correlações entre os diferentes fatores de risco. Isso significa que a análise

desconsidera a correlação entre os fatores pré e CDI, ou seja, as perdas das taxas pré-fixadas não são compensadas pelos ganhos em CDI.

Da mesma forma, no quadro de sensibilidade, as taxas de juros e o câmbio foram considerados não correlacionados. As limitações da análise de cenários envolvem também a marcação a mercado de todas as posições o que contradiz a determinação da Instituição em levar as operações (especialmente as de captação em moeda estrangeira) até o vencimento, o que pode induzir o leitor a erro ao julgar que as perdas apresentadas nos cenários se materializarão, mesmo que se verifiquem as oscilações previstas nos fatores de risco.

Índice de Basileia

O quadro abaixo demonstra a apuração do patrimônio de referência mínimo requerido para os ativos ponderados pelo risco (RWA) de 8,625% mais o adicional de capital principal de 1,875% (totalizando 10,50%) válido para o período de 01 de janeiro de 2018 a 31 de dezembro de 2018:

<u>Cálculo do Índice de Basileia</u>	<u>Basileia III Dez 2018</u>	<u>Basileia III Dez 2017</u>
Patrimônio de Referência Nivel I	1.394.175	1.454.212
- Capital Principal	1.122.939	1.222.652
- Bônus Perpétuo	271.236	231.560
Patrimônio de Referência Nivel II	596.764	814.779
- Dívida Subordinada	596.764	814.779
PATRIMONIO DE REFERENCIA	1.990.939	2.268.991
 Risco de Crédito	 768.548	 620.810
Risco de Mercado	100.711	44.635
Risco Operacional	78.242	70.541
ATIVOS PONDERADOS PELO RISCO - RWA	947.501	735.986
 Índice de Basileia (%)	 18,12	 28,52
Índice de Capitalização Nível I	12,69	18,28
Índice de Capitalização Nível II	5,43	10,24

* * *